

COMPROVANTE DE ABERTURA

Processo: Nº 139267/2023 Cód. Verificador: 64KFFIZ1

Requerente: 533106 - RICARDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA
CPF/CNPJ: 030.676.329-07
Endereço: RUA HEITOR ALVES GUIMARAES Nº 1040 **CEP:**83.702-130
Cidade: Araucária **Estado:**PR
Bairro: CENTRO
Fone Res.: Não Informado **Fone Cel.:(41) 8496-2859**
E-mail: ver.ricardoteixeira45@gmail.com
Assunto: CMA - PROCESSO LEGISLATIVO
Subassunto: CMA - PROJETO DE LEI
Data de Abertura: 27/10/2023 12:55
Previsão: 28/10/2023



VERIFIQUE A AUTENTICIDADE
COM O QR CODE

Anexos

PL 376-2023 UTILIDADE PUBLICA CMEI VERONICA B. DANELIU.pdf
relato?rio de atividades APPF CMEI PROF VERONICA BOHAENKO DANELIU (1).pdf
ATA VERONICA DANIELIU.pdf
CNPJ -VERONICA DANELIUREPU?BLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1).pdf
Estatuto CMEI Profª Veronica Bohaenko Daneliu (1).pdf
Comprovante de envio - projeto de lei 376.2023.pdf
FOLHA DE INFORMAÇÃO - PJ LEI 113ª SESSÃO ORDINÁRIA-2023 Regime de urgência.0.pdf
ESTATUTO APPF CMEI VERONICA B DANELIU_compressed.pdf
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DANELIU.pdf
ATA APPF CMEI VERONICA B DANELIU.pdf
Parecer Jurídico - UTILIDADE PÚBLICA - Associação Pais Mestres e Funcionários - cmei Verônica - tramitação.pdf
FOLHA PARA AS COMISSÕES.pdf
DESPACHO CJR SOLICITANDO DOCUMENTOS PL 376-2023.pdf
Emenda Modificativa 376-23.pdf
Emenda supressiva 376-23.pdf
RELATÓRIO DANELIU.pdf
DESPACHO CJR SOLICITANDO DOCUMENTOS PL 376-2023 DEVOLVENDO.pdf
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAC?A?O INFANTIL PROFESSORA VERONICA.pdf
Parecer Conjunto CJR 342- 23 e CEBES 62- 2023 PL 376-2023 PREFEITO.pdf
VOTÇÃO DE PARECER 372 CJR 62 cebes PL376.pdf
VOTAÇÃO EMENDA SUPRESSIVA AO PL Nº 376.2023.pdf
VOTAÇÃO EMENDA MODIFICATIVA AO PL Nº 376.2023.pdf
1ª VOTAÇÃO AO PROJETO DE LEI 376.2023.pdf
PROJETO DE LEI 376-2023 NA INTEGRA.pdf
PL 376-2023 - Redação para 2ª votação.pdf
2ª VOTAÇÃO AO PROJETO DE LEI 376.2023.pdf
Comprovante Oficio 391-2023 - PL 376-2023.pdf
FOLHA ARQUIVAMENTO.pdf

Observação

PROJETO DE LEI Nº 376, DE 2023 . "Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI VERÔNICA BOHAENKO DANELIU, conforme especifica".

RICARDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Requerente

RICARDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Funcionário(a)

Recebido



Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 139267/2023

DESPACHO

À CMA - GABINETE RICARDO TEIXEIRA

PROJETO DE LEI Nº 376, DE 2023 . "Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI VERÔNICA BOHAENKO DANELIU, conforme especifica".

Araucária, 27/10/2023 12:55

RICARDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

O Vereador **RICARDO TEIXEIRA**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município de Araucária/PR e o Regimento Interno desta Casa de leis apresenta a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI Nº 376, DE 2023

Súmula: “Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI VERÔNICA BOHAENKO DANELIU, conforme específica”.

Art. 1º. É declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) **Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI VERÔNICA BOHAENKO DANELIU** com sede na **Rua: Maria Rosa Cornelsen Hasselmann, nº 148 – Capela Velha**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº. 47.633.816/0001-16, no Município de Araucária, Estado do Paraná.

Parágrafo único. À entidade beneficiada ficam asseguradas as prerrogativas e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º. A entidade distinguida, salvo motivo justo, a critério do Chefe do Poder Executivo, deverá apresentar em cada exercício, ao Executivo Municipal, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade araucariense, no ano precedente, no setor definido pelo seu Estatuto Social.

Art. 3º. Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública se a entidade:

a) deixar de apresentar o relatório dos serviços prestados à coletividade por mais de 12 (doze) meses;



- b) substituir os fins previstos nos seus estatutos sem prévio conhecimento do Executivo Municipal, cuja alteração, todavia, não poderá modificar os objetivos do estatuto originário;
- c) alterar sua denominação dentro de 1 (um) ano e, após ocorrido o prazo, se pretender fazê-lo, deverá providenciar a averbação junto ao Cartório competente, bem como comunicar à Secretaria Municipal à qual deve prestação de contas;
- d) passar a remunerar os membros de sua Diretoria pelo exercício específico de suas funções;
- e) distribuir lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob qualquer forma;
- f) deixar de destinar a totalidade das rendas apuradas ao atendimento de finalidades previstas nos seus estatutos.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação

Câmara Municipal de Araucária, 27 de outubro de 2023

RICARDO TEIXEIRA

Vereador



JUSTIFICATIVA

O vereador RICARDO TEIXEIRA, com assento nesta Casa Legislativa, vem apresentar para deliberação plenária o presente Projeto de Lei onde que tem como objetivo a “**Declaração de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI VERÔNICA BOHAENKO DANELIU**”, fundado em 2022.

Saliente-se que o presente projeto se justifica em virtude de que as atividades desenvolvidas pelas associações de pais e professores abrangem a comunidade escolar em geral, e servem como um importante instrumento para o desenvolvimento da educação como um todo.

O Centro Municipal de Educação Infantil CMEI VERÔNICA BOHAENKO DANELIU, participa ativamente das atividades junto a direção para ofertar um ensino de qualidade às crianças atendidas, auxiliando na organização, divulgação e realização de eventos que tem como principal objetivo arrecadar fundos para melhorias na instituição.

Ainda, Como é sabido, a declaração de utilidade pública possibilita a entidade a obtenção de verbas, isenções e outros benefícios, em todas as esferas do Governo

Vale ressaltar que a associação tem por finalidade geral colaborar na assistência e formação do educando, por meio da aproximação entre pais, alunos e professores, promovendo a integração: poder público/comunidade/família.

Por ser um projeto de caráter social, silicito o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa para a **APROVAÇÃO** deste projeto de lei, com maior brevidade possível.

Câmara Municipal de Araucária, 27 de outubro de 2023



Assinado digitalmente por:
RICARDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

030.676.329-07
27/10/2023 13:01:16

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

RICARDO TEIXEIRA

Vereador

Prefeitura de Araucária

Secretaria Municipal de Educação



CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANELIU

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA APPF

A APPF da Unidade Educacional Professora Veronica Bohaenko Daneliu, realiza diferentes atividades, conforme descritas no Estatuto. Entretanto, as principais são:

1. Participar das reuniões junto ao Conselho Escolar definindo ações e prioridades a serem consideradas ao longo do ano letivo;
2. Gerir e administrar os recursos financeiros próprios repassados através de doações, contribuições e ações;
3. Deliberar sobre assuntos pedagógicos, administrativos e financeiros;
4. Fiscalizar a aplicação dos recursos;
5. Administrar os recursos financeiros provenientes de transferência realizada pelos órgãos Federais;
6. Realizar a prestação de contas dos recursos financeiros;
7. Providenciar e manter atualizadas informações requeridas como exigência para recebimento de verbas de programas federais.

Esta APPF tem um ano de criação e, gradativamente, vai se apropriando de suas funções e objetivos, ampliando assim sua participação no cotidiano da Unidade Educacional.

Presidente da APPF da Unidade Educacional Professora Veronica Bohaenko Daneliu

Antonia Aparecida Radziminski

CPF : 041.937.839-10

Telefone: (41) 3614-7440

 Endereço: Rua Maria Rosa Cornelsen Hasselmann, 148- CEP: 83.705.562- Capela Velha

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANELIU



ATA DE FUNDAÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Araucária, Estado do Paraná na Rua Maria Rosa Cornelsen Hasselmann, nº 148, reuniram-se, em Assembleia Geral, professores, funcionários, pais do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Veronica Bohaenko Daneliu, bem como demais pessoas da comunidade escolar, com a finalidade de deliberar sobre a criação e constituição da Associação de Pais, Professores e Funcionários – APPF da referida Unidade Educacional, a fim de aprovar o Estatuto da entidade, de eleger e dar posse aos membros da Diretoria e do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, de acordo com o Edital nº 1, publicado e afixado no quadro de avisos da Unidade Educacional. Dando sequência aos trabalhos, conforme Edital, a Senhora Angela Maria da Silva Menegusso, iniciou a assembleia agradecendo a presença da comunidade escolar e em seguida fazendo a leitura e discussão do Estatuto pelo qual será regida essa Associação que entrará em vigor a partir da data de sua aprovação. Depois de examinado, foi aprovado o Estatuto que, para os devidos fins, será anexada a presente ata. Após a aprovação do Estatuto, a Associação ficou com a seguinte denominação: **ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANELIU**, com sede à Rua Maria Rosa Cornelsen Hasselmann, nº 148, Capela Velha, Araucária, Paraná - CEP: 83.705-562. Em seguida, foi aberto o processo de escolha, pelos presentes, dos nomes para a Diretoria e os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da APPF, sendo que a CHAPA ÚNICA apresentada ficou composta da seguinte forma: **PRESIDENTE:** Antonia Aparecida Radziminski; **VICE PRESIDENTE:** Tatiane Pires Pinheiro; **PRIMEIRA SECRETÁRIA:** Marcia Maria Fabri Barbosa; **SEGUNDA SECRETÁRIA:** Vanessa Diogo da Silva; **PRIMEIRA TESOUREIRA:** Aline Patyk; **SEGUNDA TESOUREIRA:** Naiara Cristina da Silva Costa; **CONSELHO DELIBERATIVO:** Alana Rischttter Teste Hanger e João Diego Spak; **CONSELHO FISCAL:** Erica Carolina de Matos Dalazen de Souza e Rosana Aparecida Chambelan; **ASSESSORIA TÉCNICA:** Angela Maria da Silva Menegusso e Vanessa Hidalgo Perroni. Apresentada a chapa única inscrita, foram eleitos e empossados nesta data por unanimidade, ficando assim constituída: **PRESIDENTE** a senhora Antonia Aparecida Radziminski, brasileira, casada, autônoma, data de nascimento 13/06/1981, portadora da Carteira de Identidade RG nº 7.611.540-0, data de emissão: 17/10/1995, órgão expedidor SSP/PR, CPF nº 041.937.839-10, telefone: (41) 99771-1014, e-mail: radziminskantoniamaria2016@gmail.com; residente e domiciliada à Rua Francisco de Assis Bini, nº 134, Araucária, Paraná, CEP 83.705-572; **VICE PRESIDENTE:** a senhora Tatiane Pires Pinheiro, brasileira, casada, autônoma, data de nascimento 24/12/1994, portadora da Carteira de Identidade RG nº 8.585.200-0/PR, CPF nº 069.675.259-05, telefone: (41) 99807-7998, residente e domiciliada à Rua Azulão, nº 93, Araucária,

1º RTD/RPJ - Araucária/PR

0001071
REGISTRO

Antonia



Paraná, CEP 83706-670; **PRIMEIRA SECRETÁRIA:** a senhora Marcia Maria Fabri Barbosa, brasileira, casada, Professora, data de nascimento 24/03/1976, portadora da Carteira de Identidade RG nº 6.085.575-7/PR, CPF nº 017.502.369-74, telefone: (41) 99949-1885, e-mail: marciafabrimfb@gmail.com; residente e domiciliada à Rua Ayrton Pizzato Guji, nº 893, Curitiba, Paraná, CEP: 81.830-320; **SEGUNDA SECRETÁRIA:** a senhora Vanessa Diogo da Silva, brasileira, casada, Professora, data de nascimento: 20/09/1993, portadora da Carteira de Identidade RG nº 12.569.501-9/PR, CPF nº 084.644.969-23, telefone: (41) 99178-4030, e-mail: vanessadiogo@gmail.com; residente e domiciliada à Rua Estrada Dom Rodrigo, nº 53, Campo Largo, Paraná, CEP 83.605-145; **PRIMEIRA TESOUREIRA:** a senhora Aline Patyk, brasileira, casada, do lar, data de nascimento 07/10/1990, portadora da Carteira de Identidade RG nº 9.356.724-2/PR, CPF nº 009.343.049-39, telefone: (41) 98450-6084, e-mail: aline_patyk@hotmail.com; residente e domiciliado à Rua Francisco de Assis Bini, nº 80, Araucária, Paraná, CEP:83.705-572; **SEGUNDA TESOUREIRA:** a senhora Naiara Cristina da Silva Costa, brasileira, casada, enfermeira, data de nascimento 14/12/1994, portadora da Carteira de Identidade RG nº 12.686.828-6/PR, CPF nº 085.027.999-24, telefone: (41) 99739-2278, e-mail: naiaracsc@hotmail.com; residente e domiciliada à Rua Azulão, nº 45, Araucária, Paraná, CEP 83.706-670; **CONSELHO DELIBERATIVO:** a senhora Alana Rischtter Teste Hager, brasileira, casada, Professora, data de nascimento 23/06/1996, portadora da Carteira de Identidade RG nº 12.631.289-0/PR, CPF nº 091.602.879-85, telefone: (41) 99741-1817, e-mail: alanateste@gmail.com; residente e domiciliada à Rua Helena Piekarski Pinto, nº 794, Araucária, Paraná, CEP 83.704-650 e o senhor João Diego Spak, brasileiro, casado, Autônomo, data de nascimento 27/01/1987, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.566.303-6/PR, CPF nº 053.799.749-02, telefone: (41) 99599-4316, residente e domiciliado à R. Cedro nº 312, Capela Velha, Araucária, Paraná, CEP: 83.705-450; **CONSELHO FISCAL:** a senhora Rosana Aparecida Chambelan, brasileira, casada, do lar, data de nascimento: 16/01/1982, portadora da Carteira de Identidade RG nº 9.073.062-2/PR, CPF nº 061.499.639-26, telefone: (41) 99772-4088; residente e domiciliada à Rua Azulão, nº 18, Araucária, Paraná, CEP 83.705-620, e a senhora Erica Carolina de Matos Dalazen de Souza, brasileira, casada, Professora, data de nascimento 08/10/1993, portadora da Carteira de Identidade RG nº 10.705.258-5/PR, CPF nº 071.943.109-37, telefone: (41) 99600-7612, e-mail: erica.dalazen@educacao.araucaria.pr.gov.br; residente e domiciliada à Rua Emílio Moteleski, Nº 17, Araucária, Paraná, CEP 83.705-818; **ASSESSORIA TÉCNICA:** a Diretora da Unidade Educacional, a senhora Angela Maria da Silva Menegusso, conforme Decreto Municipal Número 34.338 de 2019, brasileira, casada, Professora de Educação Infantil, data de nascimento 23/10/1976, portadora da Carteira de Identidade RG 6.141.178-0/PR, CPF nº 019.894.289-32, telefone (41) 99620-1605, email: angelamenegusso8@gmail.com; residente e domiciliada à Avenida dos Pinheiros, nº 3017, Araucária, Paraná, CEP 83.705-540 e a senhora Vanessa Hidalgo Perroni, brasileira, casada, Pedagoga, data de nascimento 03/10/1975, portadora da Carteira de Identidade RG nº 25.374.410-6/SP, CPF nº 194.680.448-74, telefone: (41) 99742-8667, e-mail: vanessa.perroni@educacao.araucaria.pr.gov.br, residente e domiciliada à Rua Doutora Wanda de Aguiar Horta, nº 79, CIC, Curitiba, Paraná, CEP:81.170-560. Após qualificada a única chapa inscrita, ficaram eleitos por unanimidade e como rege o

1º RTD/RPJ - Araucária/PR

0001071,
REGISTRO

Antônia



Estatuto, a Diretoria, o Conselho Deliberativo e Fiscal foram empossados e exercerão o mandato no período de 12/05/2022 a 11/05/2025. Ficou esclarecido que a referida documentação será encaminhada ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas para o registro. Nada mais havendo a constar, eu Angela Maria da Silva Menegusso Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Veronica Bohaenko Daneliu, lavrei a presente ATA, que após lida, segue assinada por mim e pela Presidente eleita, senhora Antonia Aparecida Radziminski.

Angela Maria da Silva Menegusso
Angela Maria da Silva Menegusso
 CPF: 019.894.289-32
 Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil
 Professora Veronica Bohaenko Daneliu

Antonia Aparecida Radziminski
Antonia Aparecida Radziminski
 CPF: 041.937.839-10
 Presidente APPF

Simone Dalosso Sartor Garcia
Simone Dalosso Sartor Garcia
 Advogada
 REGISTRO OAB/PR 67105

SERVICÓ DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOA JURÍDICA - Margarete Terumi Selma - Oficial Designada

Rua Fernando Suckow nº438, Centro Araucária-PR - CEP 83.702-200 email: araucariartd@bol.com.br

Selo nº FN65MPpqdcfP9e2ZEK3IDepWh
 Consulte esse selo em <http://selo.funarpen.com.br/consulta>

PROTOCOLADO SOB Nº 0053925
 REGISTRO Nº 0001071
 LIVRO A-028
 Araucária - PR, 05 de julho de 2022

Emolumento: 73,80 (VRC 300,00); Funrejus: 9,92, ISS 3,69; Fundep 3,69; Selo 1,50.

Margarete Terumi Selma - Oficial Designada

VALIDO SOMENTE SE EMERDA Selo Oficial
 Margarete Terumi Selma
 Oficial Designada
 Portaria 03/2021



1º RTD/RPJ - Araucária/PR
0001071
 REGISTRO

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NUMERO DE INSCRIÇÃO 47.633.816/0001-16 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/07/2022
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONARIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANELIU		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R MARIA ROSA CORNELSEN HASSELMANN	NUMERO 148	COMPLEMENTO *****
CEP 83.705-562	BAIRRO/DISTRITO CAPELA VELHA	MUNICIPIO ARAUCARIA
		UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO CMEI.VERONICA@EDUCACAO.ARAUCARIA.PR.GOV.BR		TELEFONE (41) 3901-5363
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/07/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **26/10/2023** às **15:55:47** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

ESTATUTO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1º A Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Veronica Bohaenko Daneliu, localizado no Município de Araucária, Estado do Paraná, Rua Maria rosa Cornelsen Hasselman nº 148, BAIRRO Capela Velha, Araucária/PR CEP 83.705-562, com duração indeterminada, reger-se-á pelo presente Estatuto e pelos dispositivos legais que lhe forem aplicados, aprovado em Assembleia Geral e registro em Cartório.

CAPÍTULO II

DA NATUREZA

Art. 2º A Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Veronica Bohaenko Daneliu , pessoa jurídica de direito privado, sob a forma de associação civil, é um órgão de representação dos Pais, Professores e Funcionários da Unidade Educacional, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e sem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros, sendo constituído por prazo indeterminado.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art. 3º São objetivos da Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Veronica Bohaenko Daneliu :

- I** - promover atividades com finalidades de relevância pública e social;
- II** - participar de reuniões com a equipe pedagógico - administrativa da Unidade, discutindo e sugerindo ações que oportunizem a integração família - Unidade Educacional - comunidade;
- III** - integrar a comunidade ao contexto escolar, visando à discussão da política educacional para a democratização do ensino e a conquista da gestão colegiada;

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

IV - representar os interesses da comunidade escolar, contribuindo para a melhoria do ensino;

V - promover o entrosamento entre pais, alunos, professores, pedagogos, funcionários e a comunidade, através de atividades sócio educativas, culturais e esportivas;

VI - colaborar na promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos e de outros valores universais;

VII - gerir e administrar os recursos financeiros próprios da associação e os que lhe forem repassados através de doações, contribuições, convênios, acordos, termos de colaboração com as prioridades estabelecidas em reunião conjunta com a Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica da APPF da Unidade Educacional com registro em livro ata.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º No desenvolvimento de suas atividades, a associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de seu público, seja pela origem, raça, sexo, cor, idade ou de qualquer outra forma, competindo-lhe, entre outras atribuições:

I - discutir e acompanhar o desenvolvimento do projeto pedagógico, sugerindo ao Conselho da Unidade as alterações que julgarem necessárias;

II - discutir e estabelecer, com o Conselho da Unidade, os critérios que orientarão a cessão das dependências escolares para a realização de eventos pedagógicos, segundo orientações da Secretaria Municipal da Educação;

III - deliberar sobre assuntos pedagógicos, administrativos e financeiros da instituição de ensino;

IV - estimular a criação e o desenvolvimento de clubes de mães, grêmios estudantis e de outras atividades correlatas para a comunidade escolar;

V - fomentar as ações pedagógicas e a aquisição de materiais que contribuam para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;

VI - promover atividades complementares, não formais, para a comunidade escolar, mobilizando recursos humanos e materiais necessários, após análise e pronunciamento da Diretoria, do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Assessoria Técnica, desde que não interfiram no trabalho pedagógico da Unidade;

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

VII - promover palestras, conferências e círculos de estudos envolvendo pais, professores, pedagogos e funcionários, a partir de necessidades apontadas por esses segmentos;

VIII - representar os interesses dos membros da comunidade escolar (pais e/ou responsáveis, professores, funcionários, estudantes);

IX - favorecer a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto escolar, discutindo as políticas educacionais, visando o interesse público de acordo com a realidade da comunidade escolar;

X - elaborar, apresentar e pronunciar-se no âmbito de suas competências, em reunião de Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal sobre Prestação de Contas da APPF, cabendo à Assembleia Geral a aprovação;

XI - administrar os recursos financeiros provenientes da transferência realizada pelos órgãos federais, estaduais, municipais e distritais;

XII - receber doações e contribuições voluntárias, fornecendo o respectivo recibo, preenchido em duas vias;

XIII - gerir os recursos financeiros advindos de doações de entidades privadas;

XIV - convocar, através de edital e envio de comunicado, todos os (as) associados (as), com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência, para a Assembleia Geral Ordinária e com no mínimo 01 (um) dia útil para a Assembleia Geral Extraordinária, com pauta previamente definida na convocatória;

XV - fazer reuniões periódicas de Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica, para tomada de decisões e aprovação de prestação de contas de recursos recebidos de doações, contribuições, convênios, acordos e/ou termos de colaboração, registrando todas as decisões em livro ata da APPF;

XVI - realizar a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos de forma descentralizada, arrecadada e/ou doada;

XVII - apresentar balancete anual e relatório de atividades aos associados em Assembleia Geral, com publicação em edital, em lugar visível e de amplo acesso;

XVIII - registrar as reuniões de Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica da APPF em livro ata próprio, cabendo ao 1º Secretário da APPF a escrita da ata e o registro das assinaturas dos presentes nesta reunião ao final da mesma;

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

XIX - registrar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, em livro ata próprio, cabendo ao 1º Secretário da APPF a escrita desta ata, sendo que o registro das assinaturas dos presentes deverá constar em livro de presenças da APPF;

XX - apresentar, em reunião da APPF, ao término de cada mandato, o saldo financeiro das contas da Associação e o inventário de bens (patrimônio da APPF), e qualquer informação necessária ao esclarecimento da movimentação de recursos realizada pela Associação;

XXI – inscrever e manter atualizado o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), na Receita Federal, para os fins necessários.

a) O CPF constante no CNPJ deverá ser o do Presidente em exercício. A cada alteração, seja por eleição ou vacância, deverão ser alterados os dados cadastrais do responsável perante a Receita Federal, mediante orientações e apresentação da documentação exigida por este órgão federal, cumprindo rigorosamente o prazo determinado, que, em caso contrário, cobrará multa, cuja responsabilidade de pagamento será da APPF.

XXII – manter atualizado, quando necessário, cadastro junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e demais órgãos de fiscalização, sendo de inteira responsabilidade da Associação informar as alterações ocorridas;

XXIII - discutir e decidir, com o Conselho da Unidade Escolar , sobre a realização e/ou participação em atividades, com ônus para os pais, alunos (as), professores (as) e funcionários (as);

XXIV - definir critérios para a aplicação das penalidades previstas no Artigo 12 do presente Estatuto, submetendo-os à aprovação em Assembleia Geral;

XXV - celebrar convênios, termos e/ou contratos com entidades públicas e privadas, para desenvolvimento de atividades curriculares, implantação e implementação de projetos/programas na Unidade;

XXVI - manter atualizada, organizada e com arquivo correto toda a documentação referente à APPF, obedecendo a dispositivos legais e normas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ);

XXVII - zelar pela manutenção e conservação dos equipamentos, recursos e estrutura física da instituição de ensino;

XXVIII – informar aos órgãos competentes, quando do afastamento do Presidente por 30 (trinta) dias consecutivos anualmente, dando-se ciência ao Diretor da Unidade Educacional.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

**CAPÍTULO V
DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Art. 5º A contribuição social será:

I - de caráter voluntário e não poderá se vincular a qualquer ato referente à matrícula na Unidade Educacional;

II - sugerida em reunião de Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica, com a maioria de seus membros e aprovada em Assembleia Geral no início do ano letivo;

III - limitada ao valor anual de até 5% (cinco por cento) do salário-mínimo (SM) nacional vigente, podendo-se, a critério da Diretoria, do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Assessoria Técnica, e após aprovado em Assembleia Geral, reajustar o valor de acordo com a variação do salário-mínimo, considerando que, caso o valor do salário-mínimo sofra alterações antes de ter ocorrido a devida contribuição, essa se dará com o valor corrigido;

IV - recolhida mediante recibos numerados de contribuição social voluntária, emitidos em duas vias, sendo uma via para o (a) associado (a) contribuinte e a outra para a tesouraria da APPF;

V - fixada por família – independentemente do número de filhos matriculados na Unidade Escolar - por professores (as), pedagogos (as) e funcionários (as);

VI - comunicada aos pais, responsáveis legais, responsáveis pelo acompanhamento da vida escolar do(a) aluno(a), professores(as) e funcionários(as) que fizerem a doação com valor superior ao estabelecido no inciso III do mesmo artigo, podendo ser emitida em 02 (dois) recibos distintos contendo o valor limitado e outro com a diferença de valor, desde que solicitado pelo doador.

**CAPÍTULO VI
DOS ASSOCIADOS**

Art. 6º O quadro social da APPF será constituído por um número ilimitado de associados das seguintes categorias: efetivos, colaboradores e honorários.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

§1º Serão associados efetivos todos os pais, responsáveis legais ou responsáveis pelo acompanhamento da vida escolar do aluno, professores com vaga fixa ou substituição, pedagogos e funcionários da Unidade Escolar.

§2º Serão associados(as) colaboradores(as): ex-alunos(as), pais de ex-alunos(as), ex-professores(as) e ex-funcionários(as).

§3º Serão associados honorários, por indicação dos associados efetivos, com aprovação da Assembleia Geral todos aqueles que tenham prestado relevantes serviços à educação ou à APPF.

§4º Somente 01 (um) membro da família (responsável pela matrícula), cujos filhos estejam matriculados na Unidade Escolar, poderá exercer a condição de associado efetivo.

§5º Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações da entidade.

Art. 7º Constituem direitos dos associados efetivos:

- I - votar e ser votado;
- II - apresentar novos interessados à condição de associados para ampliação do quadro social;
- III - apresentar sugestões e oferecer colaboração à APPF;
- IV - convocar Assembleia Geral Extraordinária, observando o disposto nos §2º, §3º e §5º do Artigo 14;
- V - solicitar, em Assembleia Geral, esclarecimentos acerca da destinação e uso dos recursos da APPF;
- VI - verificar, a qualquer momento que se fizer necessário, livros e documentos da APPF;
- VII - participar das atividades promovidas pela APPF, bem como solicitar utilização das dependências do estabelecimento, nos termos do inciso II do Artigo 4º deste Estatuto, desde que não interfiram na organização e no trabalho pedagógico;
- VIII - desligar-se do quadro social da APPF, por iniciativa própria, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, a qualquer tempo, bastando, para isso, manifestação expressa, e por escrito, por meio de endereçamento à APPF, de carta datada e assinada.

Art. 8º Constituem deveres dos associados efetivos:

- I - respeitar e cumprir as decisões das assembleias e dos demais órgãos dirigentes da Associação, de acordo com Artigo 13;
- II - cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as demais disposições internas da APPF;

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

III - participar e estimular a participação dos demais associados nas atividades propostas pela APPF, desde que não interfiram na organização e no trabalho pedagógico;

IV - comparecer às Assembleias Gerais e às reuniões da APPF;

V - desempenhar os cargos e atribuições que lhes forem confiados;

VI - tratar com respeito os alunos, professores, funcionários e demais associados.

Art. 9º Constituem direitos e deveres dos associados colaboradores:

I - apresentar sugestões à Diretoria, ao Conselho Deliberativo, ao Conselho Fiscal e à Assessoria Técnica, em Assembleia Geral, oferecendo colaboração à APPF;

II - solicitar, em Assembleia Geral, esclarecimentos acerca dos recursos e encaminhamentos da APPF;

III - participar das atividades promovidas pela APPF, conhecendo e respeitando este Estatuto, desde que não interfiram no trabalho pedagógico;

IV - tratar com respeito os alunos e demais associados;

V - exercer direito a voto;

VI - desligar-se, por iniciativa própria, a qualquer tempo, do quadro social da APPF, sem a necessidade de justificativa ou motivação, bastando, para isso, manifestação por escrito, endereçada à APPF, datada e assinada.

Art. 10 Constituem direitos e deveres dos associados honorários:

I - apresentar sugestões à Diretoria, ao Conselho Deliberativo, ao Conselho Fiscal e à Assessoria Técnica em Assembleia Geral, oferecendo colaboração da APPF;

II - participar das atividades promovidas pela APPF, conhecendo e respeitando este Estatuto, desde que estas não interfiram na organização e trabalho pedagógico;

III - tratar com respeito os alunos e demais associados;

IV - exercer direito a voto;

V - desligar-se, por iniciativa própria, do quadro social da APPF, sem a necessidade de qualquer justificativa ou motivação específica, a qualquer tempo, bastando, para isso, manifestação expressa, e por escrito, endereçada à APPF, por meio de carta datada e assinada.

Art. 11 Os associados perdem seus direitos:

I - se deixarem de cumprir quaisquer de seus deveres;

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

II - se infringirem qualquer disposição estatutária, regimental ou qualquer decisão dos órgãos sociais; (Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo);

III - se praticarem atos nocivos ao interesse da Associação que impliquem em desabono ou descrédito da Associação ou de seus membros; e se praticarem atos ou valerem-se do nome da Associação para tirar proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros.

Art. 12 Os associados serão passíveis das seguintes penalidades:

I - advertência verbal, com registro e assinatura do associado;

II - repreensão, por escrito, com assinatura do associado;

III - suspensão de participação nas atividades propostas pela Associação de Pais, Professores e Funcionários, por período a ser determinado pela Diretoria, pelo Conselho Deliberativo, pelo Conselho Fiscal e pela Assessoria Técnica;

IV - destituição do cargo, para os membros da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, nos moldes estabelecidos no inciso IV do Artigo 17 deste Estatuto;

V - exclusão da condição de associado, havendo justa causa ou reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes na Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, nos moldes estabelecidos no inciso IV do Artigo 17 deste Estatuto.

§1º Nenhuma penalidade poderá ser aplicada, sem prévia defesa por parte do associado.

§2º Compete à Diretoria, referendada pelo Conselho Deliberativo e pela Assembleia Geral, aplicar penalidades para os associados em geral.

§3º Para os ocupantes de cargos da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, serão definidas as penalidades, em Assembleia Geral, designada para este fim.

§4º Nenhum associado poderá ser excluído da APPF ou destituído de cargo para o qual foi eleito, salvo se houver justa causa, obedecendo ao disposto neste Estatuto.

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 13 A APPF é constituída por todos os membros da comunidade escolar e será administrada por:

I - Assembleia Geral (ordinária e extraordinária);

II - Conselho Deliberativo;

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

III - Conselho Fiscal;

IV - Diretoria.

Parágrafo Único - As deliberações da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal serão acompanhadas por uma Assessoria Técnica que prestará a devida orientação para elaboração dos devidos pronunciamentos sobre assuntos de interesse da Associação, conforme disposto no Artigo 32.

Art. 14 A Assembleia Geral, órgão soberano da APPF, será constituída pela totalidade dos associados, em pleno gozo de seus direitos, será convocada e presidida pelo Presidente da Associação.

I - A Assembleia Geral é convocada e instalada, conforme disposto no Código Civil – Lei n.º 10.406/2002 e no Estatuto da APPF, de duas formas:

§1º Assembleia Geral Ordinária – reuniões periódicas a serem convocadas pelo Presidente, conforme prazo estabelecido pelo Estatuto da APPF, para discutir questões referentes aos processos pedagógicos, administrativos e financeiros da instituição de ensino.

§2º Assembleia Geral Extraordinária - reuniões convocadas para deliberar sobre alterações do Estatuto, eleger novos membros no caso de vacância de cargos, dissolução da Associação, prorrogação de mandato e sobre situações não previstas no Estatuto.

§3º Sempre que justificado, poderá ser convocada Assembleia Geral Extraordinária da APPF pelo Conselho Deliberativo, pelo Conselho Fiscal ou por 1/5 (um quinto) dos associados.

§4º A convocação da Assembleia Geral Ordinária, far-se-á por edital, em local visível e de amplo acesso, com no mínimo 2(dois) dias úteis de antecedência, por meio de edital impresso enviado a todos os associados e/ou de comunicado eletrônico divulgados via site da Unidade educacional.

§5º A convocação da Assembleia Geral Extraordinária, far-se-á por edital, em local visível e de amplo acesso, com no mínimo 1(um) dia útil de antecedência, e por comunicado enviado a todos os associados.

Art.15 As Assembleias Gerais realizar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de mais da metade dos associados efetivos ou, em segunda convocação, meia hora após, com qualquer número de associados, salvo o disposto nos incisos II e IV do Artigo 17.

I - As deliberações da Assembleia Geral Ordinária e da Extraordinária serão aprovadas por metade mais um dos associados presentes, com registro em ata da APPF.

Parágrafo Único - As deliberações sobre as alterações deste Estatuto ou destituição de membros da Diretoria, do Conselho Deliberativo ou do Conselho Fiscal deverão ser

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

aprovadas por no mínimo 2/3 (dois terços) dos associados presentes, com registro em ata da Assembleia Geral da APPF.

Art.16 Compete à Assembleia Geral Ordinária:

- I** – eleger e empossar, trienalmente (a cada três anos), a Diretoria, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal;
- II** - discutir e aprovar o Plano Anual de Trabalho da Associação;
- III** - aprovar o relatório anual e a Prestação de Contas referentes ao exercício anterior, com base em parecer do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, da Diretoria e da Assessoria Técnica;
- IV** - aprovar, no âmbito de suas competências, as Prestações de Contas da Associação;
- V** - deliberar sobre assuntos gerais de interesse da Associação constantes do edital de convocação.
- VI** - Registrar em ata própria a Constituição da APPF, com assinatura dos participantes da Assembleia Geral;

Parágrafo Único. A Assembleia Geral, órgão superior de deliberação, é a reunião de todos os membros da comunidade escolar, com o intuito de deliberar sobre assuntos pedagógicos, administrativos e financeiros relacionados ao funcionamento da instituição de ensino.

Art. 17 Compete à Assembleia Geral Extraordinária:

- I** - deliberar sobre os assuntos motivadores da convocação;
- II** - deliberar sobre as modificações deste Estatuto e aprová-las em Assembleia Geral convocada para este fim, em primeira convocação, com maioria absoluta dos associados presentes, e em segunda convocação, com no mínimo 2/3 (dois terços) dos associados presentes.
- III** - deliberar sobre a dissolução da APPF, em Assembleia convocada especificamente para este fim;
- IV** - destituir os membros da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, em Assembleia Geral convocada para este fim, em primeira convocação, com maioria absoluta dos associados presentes, e em segunda convocação, com no mínimo 2/3 (dois terços) dos associados presentes.
- V** - decidir quanto à prorrogação de mandato da Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, por no máximo 30 (trinta) dias consecutivos, com realização de

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

Assembleia Geral, convocada especificamente para este fim, com registro no Ofício de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI - cumprir o disposto no Parágrafo Único do Artigo 50 deste Estatuto;

VII - os cargos em vacância de Presidente e 1º Tesoureiro deverão ser indicados em reunião da APPF e imediatamente referendados/preenchidos em Assembleia Geral Extraordinária, constando, em ata da APPF, que deverá, em seguida, ser registrada no Ofício de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Parágrafo Único: Os demais cargos de vacância da APPF, com exceção do Presidente e do 1º Tesoureiro, somente deverão ser indicados em reunião da APPF e referendados em Assembleia Geral Extraordinária, constando em livro ata da APPF, sem a necessidade de registro em cartório.

Art.18 O Conselho Deliberativo será constituído por 02 (dois) membros, na seguinte proporção:

I – 01 (um) pai, ou representante legal, ou responsável pela vida escolar do aluno na Unidade Educacional;

II – 01 (um) professor, funcionário ou um pedagogo.

Art.19 Compete ao Conselho Deliberativo:

I - pronunciar-se sobre a observância dos preceitos do presente Estatuto pelas chapas concorrentes às eleições, previamente à sua votação pela Assembleia Geral;

II - avaliar o Plano de Aplicação de recursos e a prestação de contas;

III - analisar o plano e/ou Planejamento Anual e emitir pareceres;

IV - autorizar investimentos e operações monetárias dos recursos provenientes da APPF, registrando esta autorização em livro ata da APPF;

V - autorizar, em primeira e/ou segunda instância, as despesas da APPF, de acordo com o disposto no inciso II do Artigo 50 do presente Estatuto;

VI - receber sugestões provenientes dos associados;

VII - convocar, sempre que justificada, Assembleia Geral Extraordinária da APPF;

VIII - analisar e aprovar, acompanhado pela Assessoria Técnica, as decisões tomadas pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal;

IX - pronunciar-se quanto à aceitação de doação com encargos;

X - pronunciar-se sobre contratos e parcerias a serem firmados com entidades privadas, bem como convênios com entidades públicas;

XI - referendar as penalidades previstas neste Estatuto, conforme disposto no Artigo 12;

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

XII - promover sindicâncias, devendo ser composto por, no mínimo, um presidente, um secretário e cinco conselheiros, a serem escolhidos democraticamente por processo eletivo.

XIII - designar membro para atuar em substituição às funções da Diretoria e do Conselho Fiscal da Associação de Pais, Professores e Funcionários, quando estes estiverem impedidos de atuar em reuniões e/ou Assembleia Geral da Associação e quando não se tratar da realização de qualquer tipo de pagamento ou emissão de cheques.

§1º O Conselho Deliberativo terá seus trabalhos dirigidos por um de seus membros, que será escolhido pelos demais.

§2º As decisões do Conselho Deliberativo serão tomadas, com acompanhamento da Assessoria Técnica, em conjunto com a Diretoria e o Conselho Fiscal, por maioria simples de votos e registradas no livro ata da APPF.

Art. 20 O Conselho Fiscal será escolhido por processo eletivo e deverá ser constituído por 02 (dois) membros, na seguinte proporção:

I – 01 (um) pai ou representante legal, ou responsável pela vida escolar do aluno na instituição;

II – 01 (um) professor, funcionário ou pedagogo.

Art.21 Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar a movimentação dos recursos financeiros e a prestação de contas da APPF da Unidade Educacional;

II - examinar, obrigatoriamente, a cada trimestre ou a qualquer tempo, os livros e documentos fiscais com a Diretoria e a Assessoria Técnica, registrando o parecer em livro ata da APPF;

III - opinar sobre o relatório de desempenho contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;

IV - apreciar o balancete anual, a qualquer tempo, e pronunciar-se sobre as Prestações de Contas e sobre o Plano Anual de atividades da Associação, registrando o parecer em livro próprio da APPF;

V - convocar, sempre que justificada, Assembleia Geral Extraordinária;

VI - designar membro para atuar em substituição às funções da Diretoria e do Conselho Deliberativo da Associação de Pais, Professores e Funcionários, quando estes estiverem impedidos de atuar em reuniões e/ou Assembleia Geral da Associação e

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

quando não tratar-se da realização de qualquer tipo de pagamento ou emissão de cheques.

§ 1º- O Conselho Fiscal terá seus trabalhos dirigidos por um de seus membros, que será escolhido pelos demais.

§ 2º- As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas, com acompanhamento da Assessoria Técnica, em conjunto com a Diretoria, por maioria simples de votos e registradas em ata, no livro próprio da APPF.

Art.22 A Diretoria da Associação de Pais, Professores e Funcionários será composta pelo:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - 1º Secretário;
- IV - 2º Secretário;
- V - 1º Tesoureiro;
- VI – 2º Tesoureiro.

Parágrafo Único. Os cargos previstos no parágrafo anterior são privativos de associados efetivos.

Art. 23 Os Cargos de Diretoria serão ocupados somente por associados efetivos eleitos em Assembleia Geral, convocada especificamente para esse fim:

§1º Os cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro serão privativos de pais, responsáveis legais ou responsáveis pelo acompanhamento da vida escolar do aluno, vedados aos Servidores Públicos Municipais.

§2º Os cargos de 1º Secretário e 2º Secretário serão preenchidos por um professor, um funcionário ou um pedagogo da Unidade Escolar.

§3º Será vedada a candidatura de pais, responsáveis legais ou responsáveis pelo acompanhamento da vida escolar do aluno ao cargo de Presidente, Vice-Presidente, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro e representantes da comunidade nos Conselhos Deliberativo e Conselho Fiscal, quando esses:

- a) desempenharem funções na Unidade Escolar, exceto quando funcionários de empresa contratada;
- b) só possuírem filho regularmente matriculado na última etapa do último ano ofertado pela Unidade Escolar.

§4º Havendo participação de pessoas da mesma família ou de parentes (ex.: mãe, pai, avô, avó, sogra, sogro, nora, genro, etc.), na composição da mesma chapa, estes não poderão ocupar concomitantemente os cargos da Diretoria: de Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Tesoureiros, 1º e 2º Secretários, nem de representantes no Conselho Deliberativo e/ou no Conselho Fiscal.

Art. 24 Compete à Diretoria:

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

- I** - elaborar o plano anual de atividades, submetendo-o à aprovação do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, da Assessoria Técnica e da Assembleia Geral;
- II** - elaborar o relatório anual, encaminhando-o para apreciação do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, da Assessoria Técnica e da Assembleia Geral;
- III** - gerir os recursos da APPF, no cumprimento de seus objetivos;
- IV** - colocar em execução o plano anual de atividades e as deliberações aprovadas em Assembleia Geral;
- V** - decidir sobre a aceitação de doações com encargos, ouvido o pronunciamento do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Assessoria Técnica;
- VI** - apresentar prestações de contas semestrais ao Conselho Deliberativo, ao Conselho Fiscal e à Assessoria Técnica, colocando à sua disposição os livros e os documentos;
- VII** - executar e fazer executar as atribuições constantes do Artigo 4º deste Estatuto;
- VIII**- reunir-se ordinariamente e extraordinariamente, por convocação do Presidente ou de 2/3(dois terços) de seus membros;
- IX** - adotar procedimentos de emergência não previstos neste Estatuto, submetendo-os à posterior aprovação do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral;
- X** - responsabilizar-se pelo patrimônio da Associação de Pais, Professores e Funcionários;
- XI** - responsabilizar-se pela elaboração e entrega das obrigações e documentos fiscais, nos prazos previstos em Lei, aos órgãos competentes da Administração Pública;
- XII** - aplicar as penalidades previstas neste Estatuto, penalidades essas referendadas pelo Conselho Deliberativo e pela Assembleia Geral;
- XIII** - submeter todas as deliberações da Diretoria a serem tomadas em reunião conjunta dos seus membros e constar em livro ata próprio da APPF.

Art. 25 Compete ao Presidente:

- I** - administrar a APPF, com responsabilidade e dentro dos preceitos da democracia.
- II** - administrar e representar a Associação, de forma ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
- III** - Administrar, juntamente com o tesoureiro, os recursos financeiros da APPF;
- IV** - estimular a participação efetiva dos associados em todas as atividades da Associação de Pais, Professores e Funcionários; promover o entrosamento entre os membros e acompanhando o desempenho de suas funções;

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

V - assinar, juntamente com o 1º Tesoureiro, as obrigações mercantis, cheques, balanços e outros documentos que importem em responsabilidades financeiras, tributárias, previdenciárias, fiscais e patrimoniais para a Associação de Pais, Professores e Funcionários, bem como vistar os livros de escrituração;

VI - cumprir o disposto no inciso XVII do Artigo 4º deste Estatuto;

VII - aprovar aplicações, observando o disposto no Parágrafo Único do Artigo 50 deste Estatuto;

VIII - convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e Assembleia Geral;

IX - analisar e apreciar o balanço anual e a Prestação de Contas ao término de cada exercício fiscal, com pronunciamento constante em livro ata da APPF;

X - responsabilizar-se, juntamente com o 1º Tesoureiro, pela elaboração e entrega das obrigações e documentos fiscais, nos prazos previstos em Lei, aos órgãos competentes da Administração Pública.

XI – movimentar recursos financeiros por meio eletrônico, inclusive por meio de cartão magnético ou por meio de cheques nominais, assinados pelo Presidente e pelo Tesoureiro da APPF;

XII – na hipótese de a movimentação dos recursos efetivar-se por meio eletrônico, inclusive por meio de cartão magnético, fica autorizado ao Presidente a utilização desses meios de pagamento de forma individual e isolada, podendo realizar pagamentos, transferências, saques, emitir extratos, enfim, todas as operações financeiras necessárias à movimentação dos valores;

XIII - todas as transações realizadas com o cartão serão registradas em demonstrativo bancário, com a identificação dos fornecedores ou prestadores de serviços favorecidos.

Art. 26 Compete ao Vice-Presidente:

I - auxiliar o Presidente em todas as atribuições pertinentes ao cargo e substituí-lo em seus impedimentos por até 30 (trinta) dias consecutivos (exceto para assinar cheques da APPF);

II - assumir o cargo de Presidente, em caso de vacância, por renúncia e/ou destituição, ou saída do filho(a) do Presidente.

Art. 27 Compete ao 1º Secretário:

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

- I** - auxiliar o Presidente e o Vice-Presidente e substituí-los em seus impedimentos por até 30 (trinta) dias consecutivos;
- II** - lavrar as atas das reuniões da Diretoria, do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Assessoria Técnica, e atas das Assembleias-Gerais da APPF;
- III** - manter em dia o cadastro do patrimônio da APPF;
- IV** - organizar relatório anual de atividades;
- V** - manter atualizados e em ordem os documentos da APPF, observando também o disposto na alínea *a*, do inciso XIV, do Artigo 4º deste Estatuto;
- VI** - encaminhar os comunicados da APPF aos associados.

Art. 28 Compete ao 2º Secretário auxiliar o 1º Secretário em todas as suas competências e substituí-lo em seus impedimentos por até 30 (trinta) dias consecutivos.

Art. 29 Compete ao 1º Tesoureiro:

- I** - assinar, junto com o Presidente da APPF, as obrigações mercantis, cheques, balanços, prestação de contas e outros documentos que importem em responsabilidades financeiras, tributárias, previdenciárias, fiscais e patrimoniais para a Associação de Pais, Professores e Funcionários, bem como vistar os livros de escrituração e/ou livro-caixa;
- II** - promover a arrecadação e fazer a escrituração contábil das contribuições dos associados e das demais receitas da APPF, em livros próprios, assegurando a respectiva exatidão dos registros;
- III** - receber doações e contribuições voluntárias, bem como os demais recursos, fornecendo o respectivo recibo, que é de competência somente do 1º Tesoureiro da APPF;
- IV** - depositar todos os recursos financeiros da APPF, em estabelecimento bancário (conta bancária em nome da APPF);
- V** - controlar os recursos da APPF, responsabilizando-se por toda a movimentação financeira;
- VI** - realizar pagamentos através de cheque nominal ou em espécie, solicitando as respectivas notas fiscais e/ou recibos;
- VII** - Observar o disposto no Parágrafo Único do Artigo 50 deste Estatuto solicitando, quando for o caso, os respectivos comprovantes fiscais;

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

VIII - realizar inventário anual dos bens da APPF, responsabilizando-se pela guarda e conservação dessa documentação, mantendo os livros contábeis (caixa e tombo) em dia e sem rasuras;

IX - fazer balanço anual e prestação de contas ao término de cada exercício, submetendo-os à análise, apreciação e aprovação do Presidente, do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral, respectivamente;

X - arquivar notas fiscais, recibos e documentos relativos aos valores recebidos e pagos pela APPF, responsabilizando-se por sua guarda;

XI - responsabilizar-se, juntamente com o Presidente, pela elaboração e entrega das obrigações e documentos fiscais, nos prazos previstos em Lei, aos órgãos competentes da Administração Pública;

XII - fazer e encaminhar a Prestação de Contas perante a Administração Pública, quando houver solicitação.

Art. 30 Compete ao 2º Tesoureiro auxiliar o 1º Tesoureiro em todas as suas competências, substituindo-o em seus impedimentos por até 30 (trinta) dias consecutivos (exceto para assinar cheques da APPF).

Art. 31 A Assessoria Técnica será constituída pelo Diretor da Unidade e mais 02 (dois) representantes da equipe pedagógico-administrativa; e/ou da equipe administrativa; e/ou da equipe auxiliar de serviços escolares; e/ou dos agentes/apoios administrativos(todos da Unidade Escolar), independentemente do mandato da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da APPF.

Art. 32 Compete à Assessoria Técnica:

I - orientar e acompanhar a associação quanto às normas para criação, funcionamento e registro da APPF;

II - participar da elaboração e execução dos projetos de atuação, propondo veto ao que julgar inadequado aos fins da APPF;

III - participar na elaboração ou na proposta de alteração/reformulação do Estatuto da APPF;

IV- participar das Assembleias Gerais, reuniões da Diretoria e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da APPF;

V - opinar sobre a aplicação dos recursos de acordo com as finalidades da APPF;

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

VI - desempenhar as funções de Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Associação de Pais, Professores e Funcionários (exceto emitir cheques), por até 30 (trinta) dias consecutivos, quando seus representantes estiverem, por algum motivo justificado, impedidos de atuar.

Parágrafo Único - Aos assessores técnicos é vedado o direito de votar e ser votado.

CAPÍTULO VIII DAS ELEIÇÕES, DA POSSE, EXERCÍCIO E MANDATO

Art. 33 As eleições para Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal realizar-se-ão, trienalmente (a cada três anos), em Assembleia Geral Ordinária.

Art. 34 Convocar-se-á a Assembleia Geral para:

I - escolher, durante a Assembleia, os componentes da mesa apuradora/escrutinadora, que será composta por Presidente, Secretário e Suplente, sendo os cargos preenchidos por pais, professores e funcionários:

a) Os componentes da mesa apuradora/escrutinadora não poderão fazer parte de nenhuma das chapas concorrentes.

II - definir na Assembleia, data, horário e local (dependências da Unidade) para as eleições, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Único. A eleição pode ser realizada até 30 dias antes do término do mandato; nesse caso, a posse da APPF eleita deverá acontecer no 1º dia imediato ao término do mandato vigente.

III - compor, durante a Assembleia Geral, as chapas que concorrerão às eleições:

§1º As chapas deverão ser compostas durante a Assembleia, ou em prazo definido nesta, incluindo os elementos do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal. Após formadas as chapas deverão ser apresentadas em Assembleia.

§2º Os associados efetivos que se candidatarem a concorrer às chapas da APPF deverão estar com a sua documentação pessoal (CPF e RG) atualizada, isto é, estar de acordo com a sua situação civil atual.

§3º Composto-se, no mínimo, uma chapa completa na Assembleia, não haverá prazo para apresentação de novas chapas, não dispensando da eleição com voto direto e secreto, conforme Artigo 37.

§4º A partir da composição das chapas, será enviado comunicado aos associados, apresentando os seus componentes, conforme inciso II do Artigo 34;

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

§5º Uma mesma pessoa não poderá compor mais de uma chapa, mesmo em cargos distintos.

§6º Havendo participação de pessoas da mesma família/parentes (ex.: mãe, pai, avô, avó, sogra, sogro, nora, genro, primos, cunhados, etc.) na composição de uma mesma chapa, essas não poderão ocupar concomitantemente o cargo de Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Tesoureiros e 1º e 2º Secretários, nem no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal da Associação.

§7º Os profissionais vinculados a empresas contratadas pela Prefeitura Municipal de Araucária que prestam serviços terceirizados nas Unidades Educacionais são considerados como membros de equipes auxiliares, sendo vedado a esses funcionários o direito de votar e serem votados, e de desempenharem funções na Diretoria, no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal da Associação, como funcionários das empresas contratadas, salvo como representantes de pais.

IV - definir os critérios para a campanha eleitoral.

Art. 35 A campanha eleitoral terá início a partir da composição das chapas, até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pleito.

Art. 36 A solicitação de impugnação do processo eleitoral deverá ser apresentada ao Presidente da mesa, ou a quem for por ele designado, por escrito, embasada em documentos e motivos explicativos relevantes, até as 18 (dezoito) horas do 1º dia útil subsequente ao pleito.

Parágrafo Único. A decisão quanto à impugnação do processo eleitoral será de responsabilidade dos componentes da mesa apuradora/escrutinadora, composta de acordo com o contido no inciso I do Artigo 34, devendo ser dada ciência à parte interessada, imediatamente após a decisão.

Art. 37 O pleito será realizado por voto secreto e direto, sendo considerada vencedora a chapa que obtiver maior número de votos válidos, não sendo computados os votos brancos ou nulos.

Parágrafo Único. Ocorrendo empate entre as chapas concorrentes, proceder-se-á a uma nova votação em data e horários definidos pela mesa apuradora/escrutinadora com até 07 (sete) dias úteis de prazo para a sua realização.

Art. 38 O mandato da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal será cumprido integralmente, no período para o qual foram eleitos. Nos casos de destituição ou renúncia, os cargos em vacância serão preenchidos em reunião específica de Diretoria,

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica, referendados em seguida, obrigatoriamente, pela Assembleia Geral.

§1º Havendo vacância dos cargos de Presidente e/ou 1º Tesoureiro, primeiramente deverá ser feita uma reunião de Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica, para que seja indicado um associado efetivo da APPF para ocupar esses cargos, com lavratura de ata, e imediatamente deverá ser feita uma Assembleia Geral Extraordinária para preenchimento dos cargos, com lavratura de ata em livro próprio da APPF, e envio desta ao Ofício de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no próximo dia útil subsequente à realização desta Assembleia, para que seja feito o registro desta ata de preenchimento de cargos em vacância.

§2º As Assembleias de que trata o parágrafo anterior deverão ser registradas em ata, contendo a assinatura dos presentes, em livro próprio de presenças da APPF, para posterior registro no Ofício de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§3º Havendo vacância nos demais cargos da Diretoria, deverá ser indicado, em reunião, os substitutos pela própria Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica, sendo tal indicação referendada em Assembleia Geral.

§4º Os cargos da Diretoria e do Conselho Deliberativo só poderão permanecer sem titular pelo período máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, não podendo a APPF contrair despesas, assinar cheques, fazer pagamentos e assumir compromissos nesse período.

§5º Os representantes eleitos da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal deverão estar com a sua documentação pessoal (CPF e RG) atualizada, isto é, estar de acordo com a sua situação civil atual.

§6º Em caso de vacância deverá ser apresentada carta renúncia, independente do cargo ocupado.

Art. 39 A Assessoria Técnica deverá providenciar a lista dos votantes (só para consulta/controle) e a cédula eleitoral, sendo que as assinaturas deverão constar no Livro de Presenças da APPF.

Art. 40 Terão direito a voto somente os associados efetivos.

§1º O voto será por família (pai, mãe, responsável legal ou responsável pelo acompanhamento da vida escolar do estudante), independentemente do número de filhos matriculados na(o) Escola/CMEI, por professores e funcionários.

§2º Somente poderão ser votados os associados efetivos.

§3º O professor que possuir 02 (dois) padrões na mesma Unidade Educacional, terá direito a 02 (dois) votos.

§4º O professor com vaga fixa em um padrão e substituição na mesma Unidade Educacional terá direito a 02 (dois) votos, enquanto que o professor somente com a substituição terá direito a 01 (um) voto.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

Art. 41 A Diretoria, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal eleitos tomarão posse imediatamente após a apuração dos votos, exceto o disposto no Artigo 34, inciso II, parágrafo único.

§1º A Diretoria anterior terá o prazo de até 3(três) dias úteis para a Prestação de Contas de sua gestão, bem como para proceder à entrega de toda a documentação referente à Associação, sendo obrigatória a presença do Presidente, 1º Tesoureiro e 1º Secretário de ambas as Diretorias, com realização de reunião da APPF e registro em ata.

§2º A nova Diretoria deverá analisar, em reunião específica, toda a documentação recebida e pronunciar-se sobre a aceitação das contas, registrando em ata as conclusões.

§3º Em caso de dúvidas ou detectadas irregularidades quanto à aceitação das contas, a nova Diretoria deverá solicitar por escrito, nessa reunião, ou posteriormente a ela, esclarecimentos e/ou providências à gestão anterior, sempre que for necessário ao bom funcionamento da APPF/Unidade.

Art. 42 O Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal serão considerados eleitos em virtude da eleição da Diretoria com a qual compuseram a chapa e também tomarão posse imediatamente após a apuração dos votos, exceto o disposto no Artigo 34, inciso II, parágrafo único.

CAPÍTULO IX DO PATRIMÔNIO

Art. 43 O patrimônio e as receitas da APPF serão constituídos por: eventual doação inicial dos associados, bens móveis e imóveis, direitos que venham a ser acrescentados por meio de doações de pessoas físicas, de pessoas jurídicas de direito privado e de pessoas jurídicas de direito público, aplicação de receitas e outras fontes, convênios, apoios e financiamentos, desde que não sejam incompatíveis com o livre desenvolvimento das atividades da Associação, devendo ser aplicados, integralmente, nos objetivos a que se destina a Associação:

I - os bens móveis e imóveis, assim como os valores da APPF, devem ser obrigatoriamente contabilizados e inventariados em livro ata próprio da APPF, integrando seu patrimônio e ficando sob responsabilidade da Diretoria em exercício;

II - o secretário da APPF deve manter em dia o cadastro do patrimônio dessa Associação;

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

III - a venda, troca ou doação do todo ou de parte do patrimônio da APPF, deverá ser decidida e aprovada em Assembleia Geral por maioria absoluta de votos;

IV – a escrituração completa de suas receitas e despesas deverá ser mantida em livros próprios, assegurando a respectiva exatidão dos registros contábeis.

CAPÍTULO X DA DISSOLUÇÃO

Art. 44 A Associação de Pais, Professores e Funcionários somente poderá ser dissolvida:

I - em virtude da lei, emanada do Poder competente;

II - por decisão de no mínimo 2/3(dois terços) dos associados com direito a voto, manifestada em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim;

III - em caso de dissolução da Associação, os bens patrimoniados serão transferidos para outra pessoa jurídica de igual natureza, qualificada como APPF, que preencha os requisitos da Lei e cujo objeto social seja preferencialmente o mesmo.

Parágrafo único. Para a cessação da Associação a Diretoria deverá:

- a) encaminhar ata da Assembleia Geral com relação do Patrimônio da Unidade Educacional para a Secretaria de Educação do Município;
- b) encerrar todas as contas bancárias de movimentação de recursos da Associação;
- c) regularizar as Prestações de Contas que foram objetos de execução de responsabilidade da Diretoria;
- d) requerer baixa do Estatuto no Cartório competente de registro dos atos constitutivos da Associação;
- e) efetuar baixa do CNPJ da Associação junto à Receita Federal do Brasil, assim como desvincular o nome do Presidente da Associação;
- f) encaminhar os documentos comprobatórios referentes à cessação para a Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO XI DA CAPTAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS

Art. 45 Os recursos da APPF serão provenientes de:

I - contribuições sociais voluntárias dos associados;

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

II - auxílios, subvenções e doações eventualmente concedidos pelos poderes públicos e pessoas físicas ou jurídicas;

III - campanhas, festas e promoções diversas em conformidade com a legislação vigente;

IV - juros bancários e correções monetárias provenientes de aplicações em caderneta de poupança e/ou conta corrente;

V - investimentos e operações monetárias de curto prazo ou operações de mercado lastreadas e previamente autorizadas pela Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal;

VI - Os saldos de convênio ou repasses decorrentes da Administração Pública, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança ou similar, em instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização verificar-se em prazos menores que um mês;

VII - A conta bancária, aberta pelo FNDE, será usada exclusivamente para o recebimento de recursos do “Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE”, sendo vedada nesta, a movimentação de recursos próprios da Associação, conforme orientações da Resolução CD/FNDE nº.15, de 16 de setembro de 2021.

CAPÍTULO XII DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 46 O exercício social terá a duração de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 47 Ao fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará, com base na escrituração contábil da associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, além de uma demonstração das origens e aplicações de recursos, conforme disposto no Artigo 4º.

CAPÍTULO XIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

Art. 48 A Associação de Pais, Professores e Funcionários não distribuirá lucros, bonificações e vantagens a dirigentes, conselheiros, mantenedores ou associados, sob nenhum pretexto, e empregará suas rendas, exclusivamente na Unidade Educacional, na manutenção de seus objetivos institucionais.

Art. 49 A Associação observará os Princípios Fundamentais de Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade, bem como dará publicidade ao relatório anual de atividades e demonstrações financeiras, incluídas as certidões negativas de débito com a Receita Federal do Brasil/Previdência Social e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), colocando-as à disposição de qualquer cidadão.

Art. 50 A Diretoria, o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e a Assessoria Técnica da APPF, no início do ano letivo, deverão elaborar, com base em seus objetivos, um plano de ação prevendo a aplicação de recursos, para atender ao desenvolvimento dos reais interesses da comunidade escolar:

I - as despesas efetuadas através do repasse de convênios ou outros instrumentos determinados pela administração pública deverão ser autorizadas pela Diretoria e vistas pelo Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Associação, conforme determinado em instrumento específico;

II - as despesas efetuadas com recursos financeiros próprios da Associação deverão ser autorizadas pela Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Associação.

Parágrafo Único. Todas as despesas realizadas pela APPF serão submetidas à aprovação pela Assembleia Geral, quando da Prestação de Contas, conforme incisos I e II do Artigo 24.

Art. 51 No exercício de suas atribuições, a APPF manterá rigoroso respeito às disposições legais, de modo a assegurar a observância aos princípios fundamentais da política educacional vigente no Município e na União.

Art. 52 Sempre que necessário, poderá haver, em reuniões de Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica da APPF, a participação de um ou mais representantes do Conselho Escolar, indicado por seus pares.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

Art. 53 A Diretoria da Associação de Pais, Professores e Funcionários providenciará a sua regulamentação nos órgãos competentes, a saber:

- I** - Ofício de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual a APPF possui registro dos seus documentos;
- II** - Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal;
- III** - Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- IV** - Banco(s);
- V** - Secretaria Municipal de Educação de Araucária;
- VI** - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
- VII** - Outros órgãos.

Art. 54 Em qualquer dos casos previstos neste Estatuto, será vedada a dupla representatividade.

Art. 55 Os casos omissos deste Estatuto serão dirimidos pela Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica, em reunião conjunta e aprovada em Assembleia Geral.

Art. 56 Fica eleito o Foro deste Município para qualquer ação fundada neste Estatuto.

Araucária, 12 de março de 2022.

Angela Maria da Silva Menegusso
CPF : 019.894.289-32
Diretor (a) da Unidade

Antonia Aparecida Radziminski
CPF: 041.937.839-10
Presidente APPF

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCADORA ANGELINA SASS DA SILVA -

NOME DO ADVOGADO

REGISTRO OAB

OBS.:

- Assinaturas na última página (Presidente, Diretora e Advogado);
- Rubricar todas as páginas do Estatuto (Presidente, Diretora, Advogado)
- Após preenchimento, apagar marcações em vermelho;



Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 139267/2023

DESPACHO

À CMA - PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 376, DE 2023 . "Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI VERÔNICA BOHAENKO DANELIU, conforme especifica".

Araucária, 27/10/2023 13:03

RICARDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA
CMA - GABINETE RICARDO TEIXEIRA



Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 139267/2023

DESPACHO

À CMA - DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO

Segue ao Diprole, para inclusão dos expedientes recebidos na próxima sessão plenária.

Araucária, 27/10/2023 14:00

SILVIA DIAS CORREIA
CMA - PRESIDENTE

**Comprovante de Envio de Arquivos por E-mail**

Comprovante de envio do(s) documento(s) PL 376-2023 UTILIDADE PUBLICA CMEI VERONICA B. DANELIU.pdf, enviado as 11:07hrs do dia 31/10/2023 para os seguintes destinatários:

Código	Nome	CPF/CNPJ	E-mail
120154	PEDRO FERREIRA DE LIMA	633.689.869-53	gab_pedro.ferreira@araucaria.pr.leg.br
259810	IRINEU CANTADOR	307.519.939-72	vereadoririneucantador@gmail.com
533106	RICARDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA	030.676.329-07	ver.ricardoteixeira45@gmail.com
553751	FABIO ALMEIDA PAVONI	052.381.579-40	pavonifabiopavoni@gmail.com
705845	BEN HUR CUSTODIO DE OLIVEIRA	790.676.469-20	gabinetebenhur@gmail.com
712965	CELSO NICACIO DA SILVA	962.692.606-63	gesilenerosa92@gmail.com
879029	EDUARDO RODRIGO DE CASTILHOS	004.091.719-30	castilhoseduardo@hotmail.com
1542249	VILSON CORDEIRO	037.688.759-11	gab_vilson.cordeiro@araucaria.pr.leg.br
1895753	APARECIDO RAMOS ESTEVÃO	620.959.941-91	aparecidodareciclagem@gmail.com
1998080	SEBASTIAO VALTER FERNANDES	813.551.739-49	svalter.fernandes@gmail.com
2068800	VAGNER JOSÉ CHEFER	094.695.659-67	vagjosechefer@gmail.com

Informações da Mensagem de E-mail:**Assunto:**

Envio de Arquivos por Email

Mensagem:

Este e-mail refere-se ao envio do arquivo PL 376-2023. Proposição recebida na 113ª Sessão Ordinária do dia 31.10.2023.

O(s) documento(s) encontra(m)-se em anexo.

FOLHA DE INFORMAÇÃO

À Diretoria Jurídica:

Para Parecer.

Informamos que o presente Projeto de Lei, foi recebido na 113ª sessão ordinária do dia 31/10/2023 com regime de urgência aprovado em plenário nesta sessão, de acordo com os artigos 151 e 152 do Regimento Interno. I - o pronunciamento das Comissões Permanentes sobre a proposição, no prazo conjunto de 72 (setenta e duas) horas, contado da aprovação do regime de urgência.

Em 31 de Outubro de 2023.

Emanoele Savagin
CHEFE DO PROCESSO LEGISLATIVO



Assinado digitalmente por:

EMANOELÉ DE DEUS
SAVAGIN

065.859.109-66

01/11/2023 10:39:23

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.





Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 139267/2023

DESPACHO

À CMA - DIRETORIA JURÍDICA

Segue para setor Jurídico para procedimento regimental

Araucária, 01/11/2023 11:19

HUGO EDUARDO DE GOSS
CMA - DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO



Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 139267/2023

GUIA DE TRAMITAÇÃO

À CMA - GABINETE RICARDO TEIXEIRA

Na Diretoria Jurídica,

Segue para correção de documentos conforme solicitação verbal.

Araucária, 08/11/2023 10:40

MARIA EDUARDA ALEXANDRE
CMA - DIRETORIA JURÍDICA



ESTATUTO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1º A Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Veronica Bohaenko Daneliu, localizada no Município de Araucária, Estado do Paraná, Rua Maria Rosa Cornelsen Hasselmann, 148 - CEP 83705-562, com duração indeterminada, reger-se-á pelo presente Estatuto e pelos dispositivos legais que lhe forem aplicados, aprovado em Assembleia Geral e registro em Cartório.

CAPÍTULO II

DA NATUREZA

Art. 2º A Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Veronica Bohaenko Daneliu, pessoa jurídica de direito privado, sob a forma de associação civil, é um órgão de representação dos Pais, Professores e Funcionários da Unidade Educacional, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e sem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros, sendo constituído por prazo indeterminado.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art. 3º São objetivos da Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Veronica Bohaenko Daneliu:

- I - promover atividades com finalidades de relevância pública e social;
- II - participar de reuniões com a equipe pedagógico - administrativa da Unidade, discutindo e sugerindo ações que oportunizem a integração família - Unidade Educacional - comunidade;
- III - integrar a comunidade ao contexto escolar, visando à discussão da política educacional para a democratização do ensino e a conquista da gestão colegiada;
- IV - representar os interesses da comunidade escolar, contribuindo para a melhoria do ensino;



Antonia

gh *Q*



V - promover o entrosamento entre pais, alunos, professores, pedagogos, funcionários e a comunidade, através de atividades sócio educativas, culturais e esportivas;

VI - colaborar na promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos e de outros valores universais;

VII - gerir e administrar os recursos financeiros próprios da associação e os que lhe forem repassados através de doações, contribuições, convênios, acordos, termos de colaboração com as prioridades estabelecidas em reunião conjunta com a Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica da APPF da Unidade Educacional com registro em livro ata.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º No desenvolvimento de suas atividades, a associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de seu público, seja pela origem, raça, sexo, cor, idade ou de qualquer outra forma, competindo-lhe, entre outras atribuições:

I - discutir e acompanhar o desenvolvimento do projeto pedagógico, sugerindo ao Conselho da Unidade as alterações que julgarem necessárias;

II - discutir e estabelecer, com o Conselho da Unidade, os critérios que orientarão a cessão das dependências escolares para a realização de eventos pedagógicos, segundo orientações da Secretaria Municipal da Educação;

III - deliberar sobre assuntos pedagógicos, administrativos e financeiros da instituição de ensino;

IV - estimular a criação e o desenvolvimento de clubes de mães, grêmios estudantis e de outras atividades correlatas para a comunidade escolar;

V - fomentar as ações pedagógicas e a aquisição de materiais que contribuam para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;

VI - promover atividades complementares, não formais, para a comunidade escolar, mobilizando recursos humanos e materiais necessários, após análise e pronunciamento da Diretoria, do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Assessoria Técnica, desde que não interfiram no trabalho pedagógico da Unidade;

VII - promover palestras, conferências e círculos de estudos envolvendo pais, professores, pedagogos e funcionários, a partir de necessidades apontadas por esses segmentos;



Antonio

Ju

- VIII - representar os interesses dos membros da comunidade escolar (pais e/ou responsáveis, professores, funcionários, estudantes);
- IX - favorecer a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto escolar, discutindo as políticas educacionais, visando o interesse público de acordo com a realidade da comunidade escolar;
- X - elaborar, apresentar e pronunciar-se no âmbito de suas competências, em reunião de Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal sobre Prestação de Contas da APPF, cabendo à Assembleia Geral a aprovação;
- XI - administrar os recursos financeiros provenientes da transferência realizada pelos órgãos federais, estaduais, municipais e distritais.
- XII - receber doações e contribuições voluntárias, fornecendo o respectivo recibo, preenchido em duas vias;
- XIII - gerir os recursos financeiros advindos de doações de entidades privadas.
- XIV - convocar, através de edital e envio de comunicado, todos os (as) associados (as), com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência, para a Assembleia Geral Ordinária e com no mínimo 01 (um) dia útil para a Assembleia Geral Extraordinária, com pauta previamente definida na convocatória;
- XV - fazer reuniões periódicas de Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica, para tomada de decisões e aprovação de prestação de contas de recursos recebidos de doações, contribuições, convênios, acordos e/ou termos de colaboração, registrando todas as decisões em livro ata da APPF;
- XVI - realizar a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos de forma descentralizada, arrecadada e/ou doada;
- XVII - apresentar balancete anual e relatório de atividades aos associados em Assembleia Geral, com publicação em edital, em lugar visível e de amplo acesso;
- XVIII - registrar as reuniões de Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica da APPF em livro ata próprio, cabendo ao 1º Secretário da APPF a escrita da ata e o registro das assinaturas dos presentes nesta reunião ao final da mesma;
- XII - registrar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, em livro ata próprio, cabendo ao 1º Secretário da APPF a escrita desta ata, sendo que o registro das assinaturas dos presentes deverá constar em livro de presenças da APPF;
- XIII - apresentar, em reunião da APPF, ao término de cada mandato, o saldo financeiro das contas da Associação e o inventário de bens (patrimônio da APPF), e qualquer



Antonia 



informação necessária ao esclarecimento da movimentação de recursos realizada pela Associação;

XIX – inscrever e manter atualizado o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), na Receita Federal, para os fins necessários.

a) O CPF constante no CNPJ deverá ser o do Presidente em exercício. A cada alteração, seja por eleição ou vacância, deverão ser alterados os dados cadastrais do responsável perante a Receita Federal, mediante orientações e apresentação da documentação exigida por este órgão federal, cumprindo rigorosamente o prazo determinado, que, em caso contrário, cobrará multa, cuja responsabilidade de pagamento será da APPF.

XX – manter atualizado, quando necessário, cadastro junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e demais órgãos de fiscalização, sendo de inteira responsabilidade da Associação informar as alterações ocorridas;

XXI - discutir e decidir, com o Conselho da Unidade Escolar , sobre a realização e/ou participação em atividades, com ônus para os pais, alunos (as), professores (as) e funcionários (as);

XXII - definir critérios para a aplicação das penalidades previstas no Artigo 12 do presente Estatuto, submetendo-os à aprovação em Assembleia Geral;

XXIII - celebrar convênios, termos e/ou contratos com entidades públicas e privadas, para desenvolvimento de atividades curriculares, implantação e implementação de projetos/programas na Unidade;

XXIV - manter atualizada, organizada e com arquivo correto toda a documentação referente à APPF, obedecendo a dispositivos legais e normas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

XXV - zelar pela manutenção e conservação dos equipamentos, recursos e estrutura física da instituição de ensino;

XXVI – informar aos órgãos competentes, quando do afastamento do Presidente por 30 (trinta) dias consecutivos anualmente, dando-se ciência ao Diretor da Unidade Educacional.

CAPÍTULO V DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Art. 5º A contribuição social será:

I - de caráter voluntário e não poderá se vincular a qualquer ato referente à matrícula na Unidade Educacional;



Antônio [signature]



II - sugerida em reunião de Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica, com a maioria de seus membros e aprovada em Assembleia Geral no início do ano letivo;

III - limitada ao valor anual de até 5% (cinco por cento) do salário-mínimo (SM) nacional vigente, podendo-se, a critério da Diretoria, do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Assessoria Técnica, e após aprovado em Assembleia Geral, reajustar o valor de acordo com a variação do salário-mínimo, considerando que, caso o valor do salário-mínimo sofra alterações antes de ter ocorrido a devida contribuição, essa se dará com o valor corrigido;

IV - recolhida mediante recibos numerados de contribuição social voluntária, emitidos em duas vias, sendo uma via para o (a) associado (a) contribuinte e a outra para a tesouraria da APPF;

V - fixada por família – independentemente do número de filhos matriculados na Unidade Escolar - por professores (as), pedagogos (as) e funcionários (as);

VI - comunicada aos pais, responsáveis legais, responsáveis pelo acompanhamento da vida escolar do(a) aluno(a), professores(as) e funcionários(as) que fizerem a doação com valor superior ao estabelecido no inciso III do mesmo artigo, podendo ser emitida em 02 (dois) recibos distintos contendo o valor limitado e outro com a diferença de valor, desde que solicitado pelo doador.

CAPÍTULO VI DOS ASSOCIADOS

Art. 6º O quadro social da APPF será constituído por um número ilimitado de associados das seguintes categorias: efetivos, colaboradores e honorários.

§1º Serão associados efetivos todos os pais, responsáveis legais ou responsáveis pelo acompanhamento da vida escolar do aluno, professores com vaga fixa ou substituição, pedagogos e funcionários da Unidade Escolar.

§2º Serão associados(as) colaboradores(as): ex-alunos(as), pais de ex-alunos(as), ex-professores(as) e ex-funcionários(as).

§3º Serão associados honorários, por indicação dos associados efetivos, com aprovação da Assembleia Geral todos aqueles que tenham prestado relevantes serviços à educação ou à APPF.

§4º Somente 01 (um) membro da família (responsável pela matrícula), cujos filhos estejam matriculados na Unidade Escolar, poderá exercer a condição de associado efetivo.



Antonia



§5º Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações da entidade.

Art. 7º Constituem direitos dos associados efetivos:

- I - votar e ser votado;
- II - apresentar novos interessados à condição de associados para ampliação do quadro social;
- III - apresentar sugestões e oferecer colaboração à APPF;
- IV - convocar Assembleia Geral Extraordinária, observando o disposto nos §2º, §3º e §5º do Artigo 14;
- V - solicitar, em Assembléia Geral, esclarecimentos acerca da destinação e uso dos recursos da APPF;
- VI - verificar, a qualquer momento que se fizer necessário, livros e documentos da APPF;
- VII - participar das atividades promovidas pela APPF, bem como solicitar utilização das dependências do estabelecimento, nos termos do inciso II do Artigo 4º deste Estatuto, desde que não interfiram na organização e no trabalho pedagógico;
- VIII - desligar-se do quadro social da APPF, por iniciativa própria, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, a qualquer tempo, bastando, para isso, manifestação expressa, e por escrito, por meio de endereçamento à APPF, de carta datada e assinada.

Art. 8º Constituem deveres dos associados efetivos:

- I - respeitar e cumprir as decisões das assembleias e dos demais órgãos dirigentes da Associação, de acordo com Artigo 13;
- II - cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as demais disposições internas da APPF;
- III - participar e estimular a participação dos demais associados nas atividades propostas pela APPF, desde que não interfiram na organização e no trabalho pedagógico;
- IV - comparecer às Assembleias Gerais e às reuniões da APPF;
- V - desempenhar os cargos e atribuições que lhes forem confiados;
- VI - tratar com respeito os alunos, professores, funcionários e demais associados.

Art. 9º Constituem direitos e deveres dos associados colaboradores:

- I - apresentar sugestões à Diretoria, ao Conselho Deliberativo, ao Conselho Fiscal e à Assessoria Técnica, em Assembleia Geral, oferecendo colaboração à APPF;
- II - solicitar, em Assembléia Geral, esclarecimentos acerca dos recursos e encaminhamentos da APPF.



Antonia J. S.



- III - participar das atividades promovidas pela APPF, conhecendo e respeitando este Estatuto, desde que não interfiram no trabalho pedagógico;
- IV - tratar com respeito os alunos e demais associados;
- V - exercer direito a voto;
- VI - desligar-se, por iniciativa própria, a qualquer tempo, do quadro social da APPF, sem a necessidade de justificativa ou motivação, bastando, para isso, manifestação por escrito, endereçada à APPF, datada e assinada.

Art. 10 Constituem direitos e deveres dos associados honorários:

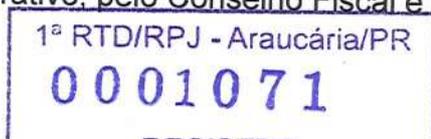
- I - apresentar sugestões à Diretoria, ao Conselho Deliberativo, ao Conselho Fiscal e à Assessoria Técnica em Assembleia Geral, oferecendo colaboração da APPF;
- II - participar das atividades promovidas pela APPF, conhecendo e respeitando este Estatuto, desde que estas não interfiram na organização e trabalho pedagógico;
- III - tratar com respeito os alunos e demais associados;
- IV - exercer direito a voto;
- V - desligar-se, por iniciativa própria, do quadro social da APPF, sem a necessidade de qualquer justificativa ou motivação específica, a qualquer tempo, bastando, para isso, manifestação expressa, e por escrito, endereçada à APPF, por meio de carta datada e assinada.

Art. 11 Os associados perdem seus direitos:

- I - se deixarem de cumprir quaisquer de seus deveres;
- II - se infringirem qualquer disposição estatutária, regimental ou qualquer decisão dos órgãos sociais; (Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo);
- III - se praticarem atos nocivos ao interesse da Associação que impliquem em desabono ou descrédito da Associação ou de seus membros; e se praticarem atos ou valerem-se do nome da Associação para tirar proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros.

Art. 12 Os associados serão passíveis das seguintes penalidades:

- I - advertência verbal, com registro e assinatura do associado;
- II - repreensão, por escrito, com assinatura do associado;
- III - suspensão de participação nas atividades propostas pela Associação de Pais, Professores e Funcionários, por período a ser determinado pela Diretoria, pelo Conselho Deliberativo, pelo Conselho Fiscal e pela Assessoria Técnica;



Antonia [Signature]



IV - destituição do cargo, para os membros da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, nos moldes estabelecidos no inciso IV do Artigo 17 deste Estatuto;

V - exclusão da condição de associado, havendo justa causa ou reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes na Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, nos moldes estabelecidos no inciso IV do Artigo 17 deste Estatuto.

§1º Nenhuma penalidade poderá ser aplicada, sem prévia defesa por parte do associado.

§2º Compete à Diretoria, referendada pelo Conselho Deliberativo e pela Assembleia Geral, aplicar penalidades para os associados em geral.

§3º Para os ocupantes de cargos da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, serão definidas as penalidades, em Assembleia Geral, designada para este fim.

§4º Nenhum associado poderá ser excluído da APPF ou destituído de cargo para o qual foi eleito, salvo se houver justa causa, obedecendo ao disposto neste Estatuto.

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 13 A APPF é constituída por todos os membros da comunidade escolar e será administrada por:

I - Assembleia Geral (ordinária e extraordinária);

II - Conselho Deliberativo;

III - Conselho Fiscal;

IV - Diretoria.

Parágrafo Único - As deliberações da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal serão acompanhadas por uma Assessoria Técnica que prestará a devida orientação para elaboração dos devidos pronunciamentos sobre assuntos de interesse da Associação, conforme disposto no Artigo 32.

Art. 14 A Assembleia Geral, órgão soberano da APPF, será constituída pela totalidade dos associados, em pleno gozo de seus direitos, será convocada e presidida pelo Presidente da Associação.

I - A Assembleia Geral é convocada e instalada, conforme disposto no Código Civil – Lei n.º 10.406/2002 e no Estatuto da APPF, de duas formas:

§1º Assembleia Geral Ordinária – reuniões periódicas a serem convocadas pelo Presidente, conforme prazo estabelecido pelo Estatuto da APPF, para discutir



Antônio [assinatura]



questões referentes aos processos pedagógicos, administrativos e financeiros da instituição de ensino.

§2º Assembleia Geral Extraordinária - reuniões convocadas para deliberar sobre alterações do Estatuto, eleger novos membros no caso de vacância de cargos, dissolução da Associação, prorrogação de mandato e sobre situações não previstas no Estatuto.

§3º Sempre que justificado, poderá ser convocada Assembleia Geral Extraordinária da APPF pelo Conselho Deliberativo, pelo Conselho Fiscal ou por 1/5 (um quinto) dos associados.

§4º A convocação da Assembleia Geral Ordinária, far-se-á por edital, em local visível e de amplo acesso, com no mínimo 2(dois) dias úteis de antecedência, por meio de edital impresso enviado a todos os associados e/ou de comunicado eletrônico divulgados via site da Unidade educacional.

§5º A convocação da Assembleia Geral Extraordinária, far-se-á por edital, em local visível e de amplo acesso, com no mínimo 1(um) dia útil de antecedência, e por comunicado enviado a todos os associados.

Art.15 As Assembleias Gerais realizar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de mais da metade dos associados efetivos ou, em segunda convocação, meia hora após, com qualquer número de associados, salvo o disposto nos incisos II e IV do Artigo 17.

I - As deliberações da Assembleia Geral Ordinária e da Extraordinária serão aprovadas por metade mais um dos associados presentes, com registro em ata da APPF.

Parágrafo Único - As deliberações sobre as alterações deste Estatuto ou destituição de membros da Diretoria, do Conselho Deliberativo ou do Conselho Fiscal deverão ser aprovadas por no mínimo 2/3 (dois terços) dos associados presentes, com registro em ata da Assembleia Geral da APPF.

Art.16 Compete à Assembleia Geral Ordinária:

I – eleger e empossar, trienalmente (a cada três anos), a Diretoria, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal;

II - discutir e aprovar o Plano Anual de Trabalho da Associação;

III - aprovar o relatório anual e a Prestação de Contas referentes ao exercício anterior, com base em parecer do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, da Diretoria e da Assessoria Técnica;

IV - aprovar, no âmbito de suas competências, as Prestações de Contas da Associação;

V - deliberar sobre assuntos gerais de interesse da Associação constantes do edital de convocação.

VI - Registrar em ata própria a Constituição da APPF, com assinatura dos participantes da Assembleia Geral;

1º RTD/RPJ - Araucária/PR
0001071
REGISTRO

Parágrafo Único. A Assembleia Geral, órgão superior de deliberação, é a reunião de todos os membros da comunidade escolar, com o intuito de deliberar sobre assuntos pedagógicos, administrativos e financeiros relacionados ao funcionamento da instituição de ensino.

Art. 17 Compete à Assembleia Geral Extraordinária:

- I - deliberar sobre os assuntos motivadores da convocação;
- II - deliberar sobre as modificações deste Estatuto e aprová-las em Assembleia Geral convocada para este fim, em primeira convocação, com maioria absoluta dos associados presentes, e em segunda convocação, com no mínimo 2/3 (dois terços) dos associados presentes.
- III - deliberar sobre a dissolução da APPF, em Assembleia convocada especificamente para este fim;
- IV - destituir os membros da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, em Assembleia Geral convocada para este fim, em primeira convocação, com maioria absoluta dos associados presentes, e em segunda convocação, com no mínimo 2/3 (dois terços) dos associados presentes.
- V - decidir quanto à prorrogação de mandato da Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, por no máximo 30 (trinta) dias consecutivos, com realização de Assembleia Geral, convocada especificamente para este fim, com registro no Ofício de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- VI - cumprir o disposto no Parágrafo Único do Artigo 50 deste Estatuto;
- VII - os cargos em vacância de Presidente e 1º Tesoureiro deverão ser indicados em reunião da APPF e imediatamente referendados/preenchidos em Assembleia Geral Extraordinária, constando, em ata da APPF, que deverá, em seguida, ser registrada no Ofício de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Parágrafo Único: Os demais cargos de vacância da APPF, com exceção do Presidente e do 1º Tesoureiro, somente deverão ser indicados em reunião da APPF e referendados em Assembleia Geral Extraordinária, constando em livro ata da APPF, sem a necessidade de registro em cartório.

Art.18 O Conselho Deliberativo será constituído por 02 (dois) membros, na seguinte proporção:

- I – 01 (um) pai, ou representante legal, ou responsável pela vida escolar do aluno na Unidade Educacional;
- II – 01 (um) professor, funcionário ou um pedagogo.





Art.19 Compete ao Conselho Deliberativo:

- I - pronunciar-se sobre a observância dos preceitos do presente Estatuto pelas chapas concorrentes às eleições, previamente à sua votação pela Assembleia Geral;
- II - avaliar o Plano de Aplicação de recursos e a prestação de contas;
- III - analisar o plano e/ou Planejamento Anual e emitir pareceres;
- IV - autorizar investimentos e operações monetárias dos recursos provenientes da APPF, registrando esta autorização em livro ata da APPF;
- V - autorizar, em primeira e/ou segunda instância, as despesas da APPF, de acordo com o disposto no inciso II do Artigo 50 do presente Estatuto;
- VI - receber sugestões provenientes dos associados;
- VII - convocar, sempre que justificada, Assembleia Geral Extraordinária da APPF;
- VIII - analisar e aprovar, acompanhado pela Assessoria Técnica, as decisões tomadas pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal;
- IX - pronunciar-se quanto à aceitação de doação com encargos;
- X - pronunciar-se sobre contratos e parcerias a serem firmados com entidades privadas, bem como convênios com entidades públicas;
- XI - referendar as penalidades previstas neste Estatuto, conforme disposto no Artigo 12;
- XII - promover sindicâncias, devendo ser composto por, no mínimo, um presidente, um secretário e cinco conselheiros, a serem escolhidos democraticamente por processo eletivo.
- XII - designar membro para atuar em substituição às funções da Diretoria e do Conselho Fiscal da Associação de Pais, Professores e Funcionários, quando estes estiverem impedidos de atuar em reuniões e/ou Assembleia Geral da Associação e quando não se tratar da realização de qualquer tipo de pagamento ou emissão de cheques.

§1º O Conselho Deliberativo terá seus trabalhos dirigidos por um de seus membros, que será escolhido pelos demais.

§2º As decisões do Conselho Deliberativo serão tomadas, com acompanhamento da Assessoria Técnica, em conjunto com a Diretoria e o Conselho Fiscal, por maioria simples de votos e registradas no livro ata da APPF.

Art. 20 O Conselho Fiscal será escolhido por processo eletivo e deverá ser constituído por 02 (dois) membros, na seguinte proporção:

- I – 01 (um) pai ou representante legal, ou responsável pela vida escolar do aluno na instituição;
- II – 01 (um) professor, funcionário ou pedagogo.



Antônio *[Signature]*

Art.21 Compete ao Conselho Fiscal:

- I - fiscalizar a movimentação dos recursos financeiros e a prestação de contas da APPF da Unidade Educacional;
- II - examinar, obrigatoriamente, a cada trimestre ou a qualquer tempo, os livros e documentos fiscais com a Diretoria e a Assessoria Técnica, registrando o parecer em livro ata da APPF;
- III - opinar sobre o relatório de desempenho contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- IV - apreciar o balancete anual, a qualquer tempo, e pronunciar-se sobre as Prestações de Contas e sobre o Plano Anual de atividades da Associação, registrando o parecer em livro próprio da APPF;
- V - convocar, sempre que justificada, Assembleia Geral Extraordinária;
- VI - designar membro para atuar em substituição às funções da Diretoria e do Conselho Deliberativo da Associação de Pais, Professores e Funcionários, quando estes estiverem impedidos de atuar em reuniões e/ou Assembleia Geral da Associação e quando não tratar-se da realização de qualquer tipo de pagamento ou emissão de cheques.

§ 1º- O Conselho Fiscal terá seus trabalhos dirigidos por um de seus membros, que será escolhido pelos demais.

§ 2º- As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas, com acompanhamento da Assessoria Técnica, em conjunto com a Diretoria, por maioria simples de votos e registradas em ata, no livro próprio da APPF.

Art.22 A Diretoria da Associação de Pais, Professores e Funcionários será composta pelo:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - 1º Secretário;
- IV - 2º Secretário;
- V - 1º Tesoureiro;
- VI - 2º Tesoureiro.

Parágrafo Único. Os cargos previstos no parágrafo anterior são privativos de associados efetivos.

Art. 23 Os Cargos de Diretoria serão ocupados somente por associados efetivos eleitos em Assembleia Geral, convocada especificamente para esse fim:



Antonia J. &



§1º Os cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro serão privativos de pais, responsáveis legais ou responsáveis pelo acompanhamento da vida escolar do aluno, vedados aos Servidores Públicos Municipais.

§2º Os cargos de 1º Secretário e 2º Secretário serão preenchidos por um professor, um funcionário ou um pedagogo da Unidade Escolar.

§3º Será vedada a candidatura de pais, responsáveis legais ou responsáveis pelo acompanhamento da vida escolar do aluno ao cargo de Presidente, Vice-Presidente, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro e representantes da comunidade nos Conselhos Deliberativo e Conselho Fiscal, quando esses:

a) desempenharem funções na Unidade Escolar, exceto quando funcionários de empresa contratada;

b) só possuírem filho regularmente matriculado na última etapa do último ano ofertado pela Unidade Escolar.

§4º Havendo participação de pessoas da mesma família ou de parentes (ex.: mãe, pai, avô, avó, sogra, sogro, nora, genro, etc.), na composição da mesma chapa, estes não poderão ocupar concomitantemente os cargos da Diretoria: de Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Tesoureiros, 1º e 2º Secretários, nem de representantes no Conselho Deliberativo e/ou no Conselho Fiscal.

Art. 24 Compete à Diretoria:

- I - elaborar o plano anual de atividades, submetendo-o à aprovação do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, da Assessoria Técnica e da Assembleia Geral;
- II - elaborar o relatório anual, encaminhando-o para apreciação do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, da Assessoria Técnica e da Assembleia Geral;
- III - gerir os recursos da APPF, no cumprimento de seus objetivos;
- IV - colocar em execução o plano anual de atividades e as deliberações aprovadas em Assembleia Geral;
- V - decidir sobre a aceitação de doações com encargos, ouvido o pronunciamento do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Assessoria Técnica;
- VI - apresentar prestações de contas semestrais ao Conselho Deliberativo, ao Conselho Fiscal e à Assessoria Técnica, colocando à sua disposição os livros e os documentos;
- VII - executar e fazer executar as atribuições constantes do Artigo 4º deste Estatuto;
- VIII- reunir-se ordinariamente e extraordinariamente, por convocação do Presidente ou de 2/3(dois terços) de seus membros;
- IX - adotar procedimentos de emergência não previstos neste Estatuto, submetendo-os à posterior aprovação do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral;
- X - responsabilizar-se pelo patrimônio da Associação de Pais, Professores e Funcionários;



Antonia [signature]



- XI - responsabilizar-se pela elaboração e entrega das obrigações e documentos fiscais, nos prazos previstos em Lei, aos órgãos competentes da Administração Pública;
- XII - aplicar as penalidades previstas neste Estatuto, penalidades essas referendadas pelo Conselho Deliberativo e pela Assembleia Geral;
- XIII - submeter todas as deliberações da Diretoria a serem tomadas em reunião conjunta dos seus membros e constar em livro ata próprio da APPF.

Art. 25 Compete ao Presidente:

- I - administrar a APPF, com responsabilidade e dentro dos preceitos da democracia.
- II - administrar e representar a Associação, de forma ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
- III - Administrar, juntamente com o tesoureiro, os recursos financeiros da APPF;
- IV - estimular a participação efetiva dos associados em todas as atividades da Associação de Pais, Professores e Funcionários; promover o entrosamento entre os membros e acompanhando o desempenho de suas funções;
- V - assinar, juntamente com o 1º Tesoureiro, as obrigações mercantis, cheques, balanços e outros documentos que importem em responsabilidades financeiras, tributárias, previdenciárias, fiscais e patrimoniais para a Associação de Pais, Professores e Funcionários, bem como vistar os livros de escrituração;
- V - cumprir o disposto no inciso XVII do Artigo 4º deste Estatuto;
- VI - aprovar aplicações, observando o disposto no Parágrafo Único do Artigo 50 deste Estatuto;
- VII - convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e Assembleia Geral;
- VIII - analisar e apreciar o balanço anual e a Prestação de Contas ao término de cada exercício fiscal, com pronunciamento constante em livro ata da APPF;
- IX - responsabilizar-se, juntamente com o 1º Tesoureiro, pela elaboração e entrega das obrigações e documentos fiscais, nos prazos previstos em Lei, aos órgãos competentes da Administração Pública.
- X – movimentar recursos financeiros por meio eletrônico, inclusive por meio de cartão magnético ou por meio de cheques nominais, assinados pelo Presidente e pelo Tesoureiro da APPF;
- XI – na hipótese de a movimentação dos recursos efetivar-se por meio eletrônico, inclusive por meio de cartão magnético, fica autorizado ao Presidente a utilização desses meios de pagamento de forma individual e isolada, podendo realizar pagamentos,

1º RTD/RPJ - Araucária/PR

0001071

Antonia



transferências, saques, emitir extratos, enfim, todas as operações financeiras necessárias à movimentação dos valores;

XII - todas as transações realizadas com o cartão serão registradas em demonstrativo bancário, com a identificação dos fornecedores ou prestadores de serviços favorecidos.

Art. 26 Compete ao Vice-Presidente:

I - auxiliar o Presidente em todas as atribuições pertinentes ao cargo e substituí-lo em seus impedimentos por até 30 (trinta) dias consecutivos (exceto para assinar cheques da APPF);

II - assumir o cargo de Presidente, em caso de vacância, por renúncia e/ou destituição, ou saída do filho(a) do Presidente.

Art. 27 Compete ao 1º Secretário:

I - auxiliar o Presidente e o Vice-Presidente e substituí-los em seus impedimentos por até 30 (trinta) dias consecutivos;

II - lavrar as atas das reuniões da Diretoria, do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Assessoria Técnica, e atas das Assembleias-Gerais da APPF;

III - manter em dia o cadastro do patrimônio da APPF;

IV - organizar relatório anual de atividades;

V - manter atualizados e em ordem os documentos da APPF, observando também o disposto na alínea a, do inciso XIV, do Artigo 4º deste Estatuto;

VI - encaminhar os comunicados da APPF aos associados.

Art. 28 Compete ao 2º Secretário auxiliar o 1º Secretário em todas as suas competências e substituí-lo em seus impedimentos por até 30 (trinta) dias consecutivos.

Art. 29 Compete ao 1º Tesoureiro:

I - assinar, junto com o Presidente da APPF, as obrigações mercantis, cheques, balanços, prestação de contas e outros documentos que importem em responsabilidades financeiras, tributárias, previdenciárias, fiscais e patrimoniais para a Associação de Pais, Professores e Funcionários, bem como vistar os livros de escrituração e/ou livro-caixa;

II - promover a arrecadação e fazer a escrituração contábil das contribuições dos associados e das demais receitas da APPF, em livros próprios, assegurando a respectiva exatidão dos registros;



Antonia J. S.

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANELIU**



- III - receber doações e contribuições voluntárias, bem como os demais recursos, fornecendo o respectivo recibo, que é de competência somente do 1º Tesoureiro da APPF;
- IV - depositar todos os recursos financeiros da APPF, em estabelecimento bancário (conta bancária em nome da APPF);
- V - controlar os recursos da APPF, responsabilizando-se por toda a movimentação financeira;
- VI - realizar pagamentos através de cheque nominal ou em espécie, solicitando as respectivas notas fiscais e/ou recibos;
- VII - Observar o disposto no Parágrafo Único do Artigo 50 deste Estatuto solicitando, quando for o caso, os respectivos comprovantes fiscais;
- VIII - realizar inventário anual dos bens da APPF, responsabilizando-se pela guarda e conservação dessa documentação, mantendo os livros contábeis (caixa e tomo) em dia e sem rasuras;
- IX - fazer balanço anual e prestação de contas ao término de cada exercício, submetendo-os à análise, apreciação e aprovação do Presidente, do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral, respectivamente;
- X - arquivar notas fiscais, recibos e documentos relativos aos valores recebidos e pagos pela APPF, responsabilizando-se por sua guarda;
- XI - responsabilizar-se, juntamente com o Presidente, pela elaboração e entrega das obrigações e documentos fiscais, nos prazos previstos em Lei, aos órgãos competentes da Administração Pública;
- XII - fazer e encaminhar a Prestação de Contas perante a Administração Pública, quando houver solicitação.

Art. 30 Compete ao 2º Tesoureiro auxiliar o 1º Tesoureiro em todas as suas competências, substituindo-o em seus impedimentos por até 30 (trinta) dias consecutivos (exceto para assinar cheques da APPF).

Art. 31 A Assessoria Técnica será constituída pelo Diretor da Unidade e mais 02 (dois) representantes da equipe pedagógico-administrativa; e/ou da equipe administrativa; e/ou da equipe auxiliar de serviços escolares; e/ou dos agentes/apoios administrativos(todos da Unidade Escolar), independentemente do mandato da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da APPF.



Antonia



Art. 32 Compete à Assessoria Técnica:

- I - orientar e acompanhar a associação quanto às normas para criação, funcionamento e registro da APPF;
- II - participar da elaboração e execução dos projetos de atuação, propondo veto ao que julgar inadequado aos fins da APPF;
- III - participar na elaboração ou na proposta de alteração/reformulação do Estatuto da APPF;
- IV- participar das Assembleias Gerais, reuniões da Diretoria e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da APPF;
- V - opinar sobre a aplicação dos recursos de acordo com as finalidades da APPF;
- VI - desempenhar as funções de Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Associação de Pais, Professores e Funcionários (exceto emitir cheques), por até 30 (trinta) dias consecutivos, quando seus representantes estiverem, por algum motivo justificado, impedidos de atuar.

Parágrafo Único - Aos assessores técnicos é vedado o direito de votar e ser votado.

CAPÍTULO VIII DAS ELEIÇÕES, DA POSSE, EXERCÍCIO E MANDATO

Art. 33 As eleições para Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal realizar-se-ão, trienalmente (a cada três anos), em Assembleia Geral Ordinária.

Art. 34 Convocar-se-á a Assembleia Geral para:

I - escolher, durante a Assembleia, os componentes da mesa apuradora/escrutinadora, que será composta por Presidente, Secretário e Suplente, sendo os cargos preenchidos por pais, professores e funcionários:

a) Os componentes da mesa apuradora/escrutinadora não poderão fazer parte de nenhuma das chapas concorrentes.

II - definir na Assembleia, data, horário e local (dependências da Unidade) para as eleições, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Único. A eleição pode ser realizada até 30 dias antes do término do mandato; nesse caso, a posse da APPF eleita deverá acontecer no 1º dia imediato ao término do mandato vigente.

III - compor, durante a Assembleia Geral, as chapas que concorrerão às eleições:

1ª RTD/RPJ - Araucária/PR

0001071

Antonio



§1º As chapas deverão ser compostas durante a Assembleia, ou em prazo definido nesta, incluindo os elementos do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal. Após formadas as chapas deverão ser apresentadas à Assembleia.

§2º Os associados efetivos que se candidatarem a concorrer às chapas da APPF deverão estar com a sua documentação pessoal (CPF e RG) atualizada, isto é, estar de acordo com a sua situação civil atual.

§3º Compondo-se, no mínimo, uma chapa completa na Assembleia, não haverá prazo para apresentação de novas chapas, não dispensando da eleição com voto direto e secreto, conforme Artigo 37.

§4º A partir da composição das chapas, será enviado comunicado aos associados, apresentando os seus componentes, conforme inciso II do Artigo 34;

§5º Uma mesma pessoa não poderá compor mais de uma chapa, mesmo em cargos distintos.

§6º Havendo participação de pessoas da mesma família/parentes (ex.: mãe, pai, avô, avó, sogra, sogro, nora, genro, primos, cunhados, etc.) na composição de uma mesma chapa, essas não poderão ocupar concomitantemente o cargo de Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Tesoureiros e 1º e 2º Secretários, nem no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal da Associação.

§7º Os profissionais vinculados a empresas contratadas pela Prefeitura Municipal de Araucária que prestam serviços terceirizados nas Unidades Educacionais são considerados como membros de equipes auxiliares, sendo vedado a esses funcionários o direito de votar e serem votados, e de desempenharem funções na Diretoria, no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal da Associação, como funcionários das empresas contratadas, salvo como representantes de pais.

IV - definir os critérios para a campanha eleitoral.

Art. 35 A campanha eleitoral terá início a partir da composição das chapas, até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pleito.

Art. 36 A solicitação de impugnação do processo eleitoral deverá ser apresentada ao Presidente da mesa, ou a quem for por ele designado, por escrito, embasada em documentos e motivos explicativos relevantes, até as 18 (dezoito) horas do 1º dia útil subsequente ao pleito.

Parágrafo Único. A decisão quanto à impugnação do processo eleitoral será de responsabilidade dos componentes da mesa apuradora/escrutinadora, composta de acordo com o contido no inciso I do Artigo 34, devendo ser dada ciência à parte interessada, imediatamente após a decisão.

Art. 37 O pleito será realizado por voto secreto e direto, sendo considerada vencedora a chapa que obtiver maior número de votos válidos, não sendo computados os votos brancos ou nulos.



Antonia



Parágrafo Único. Ocorrendo empate entre as chapas concorrentes, proceder-se-á a uma nova votação em data e horários definidos pela mesa apuradora/escrutinadora com até 07 (sete) dias úteis de prazo para a sua realização.

Art. 38 O mandato da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal será cumprido integralmente, no período para o qual foram eleitos. Nos casos de destituição ou renúncia, os cargos em vacância serão preenchidos em reunião específica de Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica, referendados em seguida, obrigatoriamente, pela Assembleia Geral.

§1º Havendo vacância dos cargos de Presidente e/ou 1º Tesoureiro, primeiramente deverá ser feita uma reunião de Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica, para que seja indicado um associado efetivo da APPF para ocupar esses cargos, com lavratura de ata, e imediatamente deverá ser feita uma Assembleia Geral Extraordinária para preenchimento dos cargos, com lavratura de ata em livro próprio da APPF, e envio desta ao Ofício de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no próximo dia útil subsequente à realização desta Assembleia, para que seja feito o registro desta ata de preenchimento de cargos em vacância.

§2º As Assembleias de que trata o parágrafo anterior deverão ser registradas em ata, contendo a assinatura dos presentes, em livro próprio de presenças da APPF, para posterior registro no Ofício de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§3º Havendo vacância nos demais cargos da Diretoria, deverá ser indicado, em reunião, os substitutos pela própria Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica, sendo tal indicação referendada em Assembleia Geral.

§4º Os cargos da Diretoria e do Conselho Deliberativo só poderão permanecer sem titular pelo período máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, não podendo a APPF contrair despesas, assinar cheques, fazer pagamentos e assumir compromissos nesse período.

§5º Os representantes eleitos da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal deverão estar com a sua documentação pessoal (CPF e RG) atualizada, isto é, estar de acordo com a sua situação civil atual.

§6º Em caso de vacância deverá ser apresentada carta renúncia, independente do cargo ocupado.

Art. 39 A Assessoria Técnica deverá providenciar a lista dos votantes (só para consulta/controle) e a cédula eleitoral, sendo que as assinaturas deverão constar no Livro de Presenças da APPF.

Art. 40 Terão direito a voto somente os associados efetivos.

§1º O voto será por família (pai, mãe, responsável legal ou responsável pelo acompanhamento da vida escolar do estudante), independentemente do número de filhos matriculados na(o) Escola/CMEI, por professores e funcionários.

§2º Somente poderão ser votados os associados efetivos.



Veronica Bohaenko Daneliu

§3º O professor que possuir 02 (dois) padrões na mesma Unidade Educacional, terá direito a 02 (dois) votos.

§4º O professor com vaga fixa em um padrão e substituição na mesma Unidade Educacional terá direito a 02 (dois) votos, enquanto que o professor somente com a substituição terá direito a 01 (um) voto.

Art. 41 A Diretoria, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal eleitos tomarão posse imediatamente após a apuração dos votos, exceto o disposto no Artigo 34, inciso II, parágrafo único.

§1º A Diretoria anterior terá o prazo de até 3(três) dias úteis para a Prestação de Contas de sua gestão, bem como para proceder à entrega de toda a documentação referente à Associação, sendo obrigatória a presença do Presidente, 1º Tesoureiro e 1º Secretário de ambas as Diretorias, com realização de reunião da APPF e registro em ata.

§2º A nova Diretoria deverá analisar, em reunião específica, toda a documentação recebida e pronunciar-se sobre a aceitação das contas, registrando em ata as conclusões.

§3º Em caso de dúvidas ou detectadas irregularidades quanto à aceitação das contas, a nova Diretoria deverá solicitar por escrito, nessa reunião, ou posteriormente a ela, esclarecimentos e/ou providências à gestão anterior, sempre que for necessário ao bom funcionamento da APPF/Unidade.

Art. 42 O Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal serão considerados eleitos em virtude da eleição da Diretoria com a qual compuseram a chapa e também tomarão posse imediatamente após a apuração dos votos, exceto o disposto no Artigo 34, inciso II, parágrafo único.

CAPÍTULO IX DO PATRIMÔNIO



Art. 43 O patrimônio e as receitas da APPF serão constituídos por: eventual doação inicial dos associados, bens móveis e imóveis, direitos que venham a ser acrescentados por meio de doações de pessoas físicas, de pessoas jurídicas de direito privado e de pessoas jurídicas de direito público, aplicação de receitas e outras fontes, convênios, apoios e financiamentos, desde que não sejam incompatíveis com o livre desenvolvimento das atividades da Associação, devendo ser aplicados, integralmente, nos objetivos a que se destina a Associação:

I - os bens móveis e imóveis, assim como os valores da APPF, devem ser obrigatoriamente contabilizados e inventariados em livro ata próprio da APPF, integrando seu patrimônio e ficando sob responsabilidade da Diretoria em exercício;

Antonia

- II - o secretário da APPF deve manter em dia o cadastro do patrimônio dessa Associação;
- III - a venda, troca ou doação do todo ou de parte do patrimônio da APPF, deverá ser decidida e aprovada em Assembleia Geral por maioria absoluta de votos;
- IV - a escrituração completa de suas receitas e despesas deverão ser mantidas em livros próprios, assegurando a respectiva exatidão dos registros contábeis.

CAPÍTULO X DA DISSOLUÇÃO

Art. 44 A Associação de Pais, Professores e Funcionários somente poderá ser dissolvida:

- I - em virtude da lei, emanada do Poder competente;
- II - por decisão de no mínimo 2/3(dois terços) dos associados com direito a voto, manifestada em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim;
- III - em caso de dissolução da Associação, os bens patrimoniados serão transferidos para outra pessoa jurídica de igual natureza, qualificada como APPF, que preencha os requisitos da Lei e cujo objeto social seja preferencialmente o mesmo.

Parágrafo único. Para a cessação da Associação a Diretoria deverá:

- a) encaminhar ata da Assembleia Geral com relação do Patrimônio da Unidade Educacional para a Secretaria de Educação do Município;
- b) encerrar todas as contas bancárias de movimentação de recursos da Associação;
- c) regularizar as Prestações de Contas que foram objetos de execução de responsabilidade da Diretoria;
- d) requerer baixa do Estatuto no Cartório competente de registro dos atos constitutivos da Associação;
- e) efetuar baixa do CNPJ da Associação junto à Receita Federal do Brasil, assim como desvincular o nome do Presidente da Associação;
- f) encaminhar os documentos comprobatórios referentes à cessação para a Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO XI DA CAPTAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS



Art. 45 Os recursos da APPF serão provenientes de:

- I - contribuições sociais voluntárias dos associados;

Antonia J. d.



- II - auxílios, subvenções e doações eventualmente concedidos pelos poderes públicos e pessoas físicas ou jurídicas;
- III - campanhas, festas e promoções diversas em conformidade com a legislação vigente;
- IV - juros bancários e correções monetárias provenientes de aplicações em caderneta de poupança e/ou conta corrente;
- V - investimentos e operações monetárias de curto prazo ou operações de mercado lastreadas e previamente autorizadas pela Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal;
- VI - Os saldos de convênio ou repasses decorrentes da Administração Pública, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança ou similar, em instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização verificar-se em prazos menores que um mês.
- VII - A conta bancária, aberta pelo FNDE, será usada exclusivamente para o recebimento de recursos do "Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE", sendo vedada nesta, a movimentação de recursos próprios da Associação, conforme orientações da Resolução CD/FNDE nº.15, de 16 de setembro de 2021.

CAPÍTULO XII DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 46 O exercício social terá a duração de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 47 Ao fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará, com base na escrituração contábil da associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, além de uma demonstração das origens e aplicações de recursos, conforme disposto no Artigo 4º.



CAPÍTULO XIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 48 A Associação de Pais, Professores e Funcionários não distribuirá lucros, bonificações e vantagens a dirigentes, conselheiros, mantenedores ou associados, sob

Antonia



nenhum pretexto, e empregará suas rendas, exclusivamente na Unidade Educacional, na manutenção de seus objetivos institucionais.

Art. 49 A Associação observará os Princípios Fundamentais de Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade, bem como dará publicidade ao relatório anual de atividades e demonstrações financeiras, incluídas as certidões negativas de débito com a Receita Federal do Brasil/Previdência Social e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), colocando-as à disposição de qualquer cidadão.

Art. 50 A Diretoria, o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e a Assessoria Técnica da APPF, no início do ano letivo, deverão elaborar, com base em seus objetivos, um plano de ação prevendo a aplicação de recursos, para atender ao desenvolvimento dos reais interesses da comunidade escolar:

I - as despesas efetuadas através do repasse de convênios ou outros instrumentos determinados pela administração pública deverão ser autorizados pela Diretoria e vistas pelo Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Associação, conforme determinado em instrumento específico.

II - as despesas efetuadas com recursos financeiros próprios da Associação deverão ser autorizadas pela Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Associação.

Parágrafo Único. Todas as despesas realizadas pela APPF serão submetidas à aprovação pela Assembleia Geral, quando da Prestação de Contas, conforme incisos I e II do Artigo 24.

Art. 51 No exercício de suas atribuições, a APPF manterá rigoroso respeito às disposições legais, de modo a assegurar a observância aos princípios fundamentais da política educacional vigente no Município e na União.

Art. 52 Sempre que necessário, poderá haver, em reuniões de Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica da APPF, a participação de um ou mais representantes do Conselho Escolar, indicado por seus pares.



Art. 53 A Diretoria da Associação de Pais, Professores e Funcionários providenciará a sua regulamentação nos órgãos competentes, a saber:

Antonia

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANIELIU



- I - Ofício de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual a APPF possui registro dos seus documentos;
- II - Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal;
- III - Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- IV - Banco(s);
- V - Secretaria Municipal de Educação de Araucária;
- VI - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
- VII - Outros órgãos.

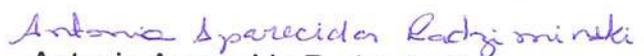
Art. 54 Em qualquer dos casos previstos neste Estatuto, será vedada a dupla representatividade.

Art. 55 Os casos omissos deste Estatuto serão dirimidos pela Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica, em reunião conjunta e aprovada em Assembleia Geral.

Art. 56 Fica eleito o Foro deste Município para qualquer ação fundada neste Estatuto.

Araucária, 12 de maio de 2022


Angela Maria da Silva Menegusso
CPF 019.894.289-32
Diretora da Unidade


Antonia Aparecida Radzinski
CPF 041.937.839-10
Presidente APPF


Simone Dalosso Sartor Garcia
Advogada
REGISTRO OAB/PR 67105



Margarete I. S. Freitas
Oficial Designada
Portaria 03/2021

Prefeitura de Araucária

Secretaria Municipal de Educação



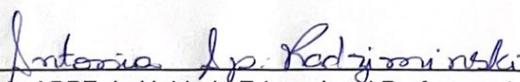
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANELIU

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA APPF

A APPF da Unidade Educacional Professora Veronica Bohaenko Daneliu, realiza diferentes atividades, conforme descritas no Estatuto. Entretanto, as principais são:

1. Participar das reuniões junto ao Conselho Escolar definindo ações e prioridades a serem consideradas ao longo do ano letivo;
2. Gerir e administrar os recursos financeiros próprios repassados através de doações, contribuições e ações;
3. Deliberar sobre assuntos pedagógicos, administrativos e financeiros;
4. Fiscalizar a aplicação dos recursos;
5. Administrar os recursos financeiros provenientes de transferência realizada pelos órgãos Federais;
6. Realizar a prestação de contas dos recursos financeiros;
7. Providenciar e manter atualizadas informações requeridas como exigência para recebimento de verbas de programas federais.

Esta APPF tem um ano de criação e, gradativamente, vai se apropriando de suas funções e objetivos, ampliando assim sua participação no cotidiano da Unidade Educacional.



Presidente da APPF da Unidade Educacional Professora Veronica Bohaenko Daneliu
Antonia Aparecida Radzimirski
CPF : 041.937.839-10

Telefone: (41) 3614-7440

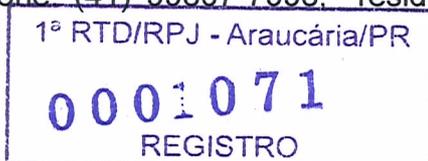
 Endereço: Rua Maria Rosa Cornelsen Hasselmann, 148- CEP: 83.705.562- Capela Velha

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANELIU



ATA DE FUNDAÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Araucária, Estado do Paraná na Rua Maria Rosa Cornelsen Hasselmann, nº 148, reuniram-se, em Assembleia Geral, professores, funcionários, pais do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Veronica Bohaenko Daneliu, bem como demais pessoas da comunidade escolar, com a finalidade de deliberar sobre a criação e constituição da Associação de Pais, Professores e Funcionários – APPF da referida Unidade Educacional, a fim de aprovar o Estatuto da entidade, de eleger e dar posse aos membros da Diretoria e do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, de acordo com o Edital nº 1, publicado e afixado no quadro de avisos da Unidade Educacional. Dando sequência aos trabalhos, conforme Edital, a Senhora Angela Maria da Silva Menegusso, iniciou a assembleia agradecendo a presença da comunidade escolar e em seguida fazendo a leitura e discussão do Estatuto pelo qual será regida essa Associação que entrará em vigor a partir da data de sua aprovação. Depois de examinado, foi aprovado o Estatuto que, para os devidos fins, será anexada a presente ata. Após a aprovação do Estatuto, a Associação ficou com a seguinte denominação: **ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (APPF) DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANELIU**, com sede à Rua Maria Rosa Cornelsen Hasselmann, nº 148, Capela Velha, Araucária, Paraná - CEP: 83.705-562. Em seguida, foi aberto o processo de escolha, pelos presentes, dos nomes para a Diretoria e os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da APPF, sendo que a CHAPA ÚNICA apresentada ficou composta da seguinte forma: **PRESIDENTE:** Antonia Aparecida Radziminski; **VICE PRESIDENTE:** Tatiane Pires Pinheiro; **PRIMEIRA SECRETÁRIA:** Marcia Maria Fabri Barbosa; **SEGUNDA SECRETÁRIA:** Vanessa Diogo da Silva; **PRIMEIRA TESOUREIRA:** Aline Patyk; **SEGUNDA TESOUREIRA:** Naiara Cristina da Silva Costa; **CONSELHO DELIBERATIVO:** Alana Rischter Teste Hanger e João Diego Spak; **CONSELHO FISCAL:** Erica Carolina de Matos Dalazen de Souza e Rosana Aparecida Chambelan; **ASSESSORIA TÉCNICA:** Angela Maria da Silva Menegusso e Vanessa Hidalgo Perroni. Apresentada a chapa única inscrita, foram eleitos e empossados nesta data por unanimidade, ficando assim constituída: **PRESIDENTE** a senhora Antonia Aparecida Radziminski, brasileira, casada, autônoma, data de nascimento 13/06/1981, portadora da Carteira de Identidade RG nº 7.611.540-0, data de emissão: 17/10/1995, órgão expedidor SSP/PR, CPF nº 041.937.839-10, telefone: (41) 99771-1014, e-mail: radziminskantonia2016@gmail.com; residente e domiciliada à Rua Francisco de Assis Bini, nº 134, Araucária, Paraná, CEP 83.705-572; **VICE PRESIDENTE:** a senhora Tatiane Pires Pinheiro, brasileira, casada, autônoma, data de nascimento 24/12/1994, portadora da Carteira de Identidade RG nº 8.585.200-0/PR, CPF nº 069.675.259-05, telefone: (41) 99807-7998, residente e domiciliada à Rua Azulão, nº 93, Araucária,



Antonia



Paraná, CEP 83706-670; **PRIMEIRA SECRETÁRIA:** a senhora Marcia Maria Fabri Barbosa, brasileira, casada, Professora, data de nascimento 24/03/1976, portadora da Carteira de Identidade RG nº 6.085.575-7/PR, CPF nº 017.502.369-74, telefone: (41) 99949-1885, e-mail: marciafabrimmf@gmail.com; residente e domiciliada à Rua Ayrton Pizzatto Guji, nº 893, Curitiba, Paraná, CEP: 81.830-320; **SEGUNDA SECRETÁRIA:** a senhora Vanessa Diogo da Silva, brasileira, casada, Professora, data de nascimento: 20/09/1993, portadora da Carteira de Identidade RG nº 12.569.501-9/PR, CPF nº 084.644.969-23, telefone: (41) 99178-4030, e-mail: vanessadiogo@gmail.com; residente e domiciliada à Rua Estrada Dom Rodrigo, nº 53, Campo Largo, Paraná, CEP 83.605-145; **PRIMEIRA TESOUREIRA:** a senhora Aline Patyk, brasileira, casada, do lar, data de nascimento 07/10/1990, portadora da Carteira de Identidade RG nº 9.356.724-2/PR, CPF nº 009.343.049-39, telefone: (41) 98450-6084, e-mail: aline_patyk@hotmail.com; residente e domiciliado à Rua Francisco de Assis Bini, nº 80, Araucária, Paraná, CEP:83.705-572; **SEGUNDA TESOUREIRA:** a senhora Naiara Cristina da Silva Costa, brasileira, casada, enfermeira, data de nascimento 14/12/1994, portadora da Carteira de Identidade RG nº 12.686.828-6/PR, CPF nº 085.027.999-24, telefone: (41) 99739-2278, e-mail: naiaracsc@hotmail.com; residente e domiciliada à Rua Azulão, nº 45, Araucária, Paraná, CEP 83.706-670; **CONSELHO DELIBERATIVO:** a senhora Alana Rischttter Teste Hager, brasileira, casada, Professora, data de nascimento 23/06/1996, portadora da Carteira de Identidade RG nº 12.631.289-0/PR, CPF nº 091.602.879-85, telefone: (41) 99741-1817, e-mail: alanatest@gmail.com; residente e domiciliada à Rua Helena Piekarski Pinto, nº 794, Araucária, Paraná, CEP 83.704-650 e o senhor João Diego Spak, brasileiro, casado, Autônomo, data de nascimento 27/01/1987, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.566.303-6/PR, CPF nº 053.799.749-02, telefone: (41) 99599-4316, residente e domiciliado à R. Cedro nº 312, Capela Velha, Araucária, Paraná, CEP: 83.705-450; **CONSELHO FISCAL:** a senhora Rosana Aparecida Chambelan, brasileira, casada, do lar, data de nascimento: 16/01/1982, portadora da Carteira de Identidade RG nº 9.073.062-2/PR, CPF nº 061.499.639-26, telefone: (41) 99772-4088; residente e domiciliada à Rua Azulão, nº 18, Araucária, Paraná, CEP 83.705-620, e a senhora Erica Carolina de Matos Dalazen de Souza, brasileira, casada, Professora, data de nascimento 08/10/1993, portadora da Carteira de Identidade RG nº 10.705.258-5/PR, CPF nº 071.943.109-37, telefone: (41) 99600-7612, e-mail: erica.dalazen@educacao.araucaria.pr.gov.br; residente e domiciliada à Rua Emílio Moteleski, Nº 17, Araucária, Paraná, CEP 83.705-818; **ASSESSORIA TÉCNICA:** a Diretora da Unidade Educacional, a senhora Angela Maria da Silva Menegusso, conforme Decreto Municipal Número 34.338 de 2019, brasileira, casada, Professora de Educação Infantil, data de nascimento 23/10/1976, portadora da Carteira de Identidade RG 6.141.178-0/PR, CPF nº 019.894.289-32, telefone (41) 99620-1605, email: angelamenegusso8@gmail.com; residente e domiciliada à Avenida dos Pinheirais, nº 3017, Araucária, Paraná, CEP 83.705-540 e a senhora Vanessa Hidalgo Perroni, brasileira, casada, Pedagoga, data de nascimento 03/10/1975, portadora da Carteira de Identidade RG nº 25.374.410-6/SP, CPF nº 194.680.448-74, telefone: (41) 99742-8667, e-mail: vanessa.perroni@educacao.araucaria.pr.gov.br, residente e domiciliada à Rua Doutora Wanda de Aguiar Horta, nº 79, CIC, Curitiba, Paraná, CEP:81.170-560. Após qualificada a única chapa inscrita, ficaram eleitos por unanimidade e como rege o

1ª RTD/RPJ - Araucária/PR
0001071
REGISTRO

Antônia J. S.

Estatuto, a Diretoria, o Conselho Deliberativo e Fiscal foram empossados e exercerão o mandato no período de 12/05/2022 a 11/05/2025. Ficou esclarecido que a referida documentação será encaminhada ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas para o registro. Nada mais havendo a constar, eu Angela Maria da Silva Menegusso Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Veronica Bohaenko Daneliu, lavrei a presente ATA, que após lida, segue assinada por mim e pela Presidente eleita, senhora Antonia Aparecida Radziminski.



Angela Maria da Silva Menegusso
Angela Maria da Silva Menegusso

CPF: 019.894.289-32

Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil
Professora Veronica Bohaenko Daneliu

Antonia Aparecida Radziminski

Antonia Aparecida Radziminski

CPF: 041.937.839-10

Presidente APPF

Simone Dalosso Sartor Garcia
Simone Dalosso Sartor Garcia
Advogada

REGISTRO OAB/PR 67105

SERVICO DE
REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
E PESSOA JURIDICA - Margarete Terumi Seima - Oficial Designado

Rua Fernando Suckow nº438, Centro
Araucária-PR - CEP 83.702-200
email: araucariartd@bol.com.br

Selo nº FN65MPpqdofP9a2ZEK3fDapWh
Consulte esse selo em <http://selo.funarpen.com.br/consulta>

PROTOCOLADO SOB Nº 0053925
REGISTRO Nº 0001071
LIVRO A - 028
Araucária - PR, 05 de julho de 2022

Emolumento: 73,80 (VRC 300,00); Funrejus: 9,92; ISS 3,69;
Fundep 3,69; Selo 1,50.

Margarete Terumi Seima - Oficial Designada

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDA OU FORSURAS
Margarete T. S. de Freitas
Oficial Designada
Portaria 03/2021

1ª RTD/RPJ - Araucária/PR

0001071
REGISTRO

EDITAL Nº 1

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL

Senhores Professores, Pai ou Mãe dos alunos regularmente matriculados no CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANELIU e Membros da comunidade, convocamos V. Sa. para Assembleia geral que será realizada **aos 12 dias, do mês de Maio, do corrente ano, às 16 horas**, nas dependências da Unidade, para discussão e deliberação sobre os seguintes assuntos:

- 1) discutir e aprovar o Estatuto da APPF;
- 2) eleger e dar posse à Diretoria, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal;
- 3) lavrar a ata da Assembleia Geral de constituição da APPF;

Araucária, 02 de maio de 2022


Angela Maria da Silva Menegusso

CPF 019.894.289-32

DIRETORA DA UNIDADE

Antonia



LISTA DE PRESENÇA DA ELEIÇÃO PARA APPF NO DIA 12/05/2022
CMEI PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANELIU

Debora da Costa Lima
Tatiane Taborda Alves.
Quetz Alexandres Colho
Jessico Malavoni
Clarissa Verônica R. da Silva
Criziana Garcia Guedes da Silva
Simone Cardoso Soares
Arlym Anderson Ballo
Diva de Aquino
Joqueline Nunes Ubaldo
Luana S.F. Jones
Andrei Alves
Andreliz Aparecida Possamai

Antonia J. S.

LISTA DE PRESENÇA DA ELEIÇÃO PARA APPF NO DIA 12/05/2022
CMEI PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANELIU

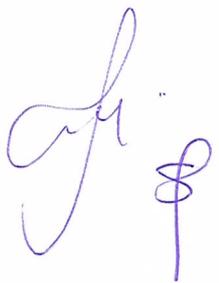
Rosângela Alves Martins.
Ariane Ketem F. Cardozo
Jaiara Cristina da S. Souza
Rozana Aparecida dos Santos
Jernanda F. M. da Silva.
Marcos Francisco da Silva
Ernani Lopes
Tamara Kasprik Arruda.
Aline Botyk
fl
Agnos R. Amorim
Maria Germana Aires Moreira
Yonira
João Diego Paes
Isaac e. Rosimonte

Antonia gh fl

1ª RTD/RPJ - Araucária/PR
Acompanhando Documento
Registrado sob nº:
0001071

LISTA DE PRESENÇA DA ELEIÇÃO PARA APPF NO DIA 12/05/2022
CMEI PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANELIU

Yatone	Yatone Pires Punheiro
	Olson de Souza
	Lucas Pires Dyer
	Roberto Alves
	Maria Claudete Klein
	Cristiane Ab. Luis Duarte
	Maíl: Sant'Ana
	Edine Sp. Jesus Bronski
	Eduardo m da Silva
	Lucia Fernandes.
	Karla Rene Pires de Deus.

Antonia 

1ª RTD/RPJ - Araucária/PR
Acompanhando Documento
Registrado sob nº:
0001071

LISTA DE PRESENÇA DA ELEIÇÃO PARA APPF NO DIA 12/05/2022
CMEI PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANELIU

Felipe Furti dos Santos
Meadym Alheiras do Almacão Comarço
M ^a Verônica R. du Silva
Maxil. Buma Redigui
Edineia dos Santos J ^{rs}
Japonale de Freitas
Ridimar S. Souza
Patrícia de Souza
Estel. Pereira Souza
Ketuny Vidal Dos Santos
Josaine T. D. Rehorik
Alu J ^{rs}
Jonis
Marines Pereira de Freitas
Geosab Reis R ^{ts}

Antonia J^{rs}

LISTA DE PRESENÇA DA ELEIÇÃO PARA APPF NO DIA 12/05/2022
CMEI PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANELIU

Crônica
Andréia S.G.

Daniela
Wesley Colace
Jesiana A. Ramos
Alison B. de A. C. de
Lucineide Henrique de

Antonio

1ª RTD/RPJ - Araucária/PR
Acompanhando Documento
Registrado sob nº:
0001071

LISTA DE PRESENÇA DA ELEIÇÃO PARA APPF NO DIA 12/05/2022
CMEI PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANELIU

Patrício de Souza Rodrigues da Cunha
Ana Paula Pereira das Santos
Carriola Amanda Barros
marisa Gomes de Lima
Diogo Amaral
Eulyn S. Batista.
Luís Augusto Schubert
Folôcoz Carlos da Vole
Edmo de Silva Amargo
Lucineide Henrique Vieira

Antonia J. P.

1ª RTD/RPJ - Araucária/PR
Acompanhando Documento
Registrado sob nº:
0001071

LISTA DE PRESENÇA DA ELEIÇÃO PARA APPF NO DIA 12/05/2022
CMEI PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANELIU

Lucineia Gispem Moraes
Carine da Silva Benitez MARIANA MARTINS
Edilma S.S. Brito
Gabriel Kowalski Bregentz
Antonia Apareci da Radzi mi nski
Mario madalene B.S.
Jois Almeida Roney
Edileuza M da Silva
Tatiane da Silva Helio
S. Mone Apo P. de Oliveira

Antonia



1ª RTD/RPJ - Araucária/PR
Acompanhando Documento
Registrado sob nº:
0001071

LISTA DE PRESENÇA DA ELEIÇÃO PARA APPF NO DIA 12/05/2022
CMEI PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANELIU

Leandro Augusto
Fullen Augusto do Silva.
Renato C. Fonseca.
Rafael Paesque das Santos
Bruna Alves.
Nilson Luiz.
Jenifer B de S.B.
Ellen Alveira.
Jo
Bruna Oliveira
Leandro Satorzi Marques
Joel de Souza S/O
Simone de Oliveira Almeida

Antonia


1º RTD/RPJ - Araucária/PR
Acompanhando Documento
Registrado sob nº:
0001071

LISTA DE PRESENÇA DA ELEIÇÃO PARA APPF NO DIA 12/05/2022
CMEI PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANELIU

Elaine J.P. Duarte
Leandro Luiz
Moues. Alton
Quiméi Soares
Thais Brito da Silva
Edineia dos Santos Alves
Daniela Ferreira da Silva

Antonia

1ª RTD/RPJ - Araucária/PR
Acompanhando Documento
Registrado sob nº:
0001071



Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 139267/2023

DESPACHO

À CMA - DIRETORIA JURÍDICA

ESTATUTO, ATA E RELATÓRIO

Araucária, 08/11/2023 13:27

RICARDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA
CMA - GABINETE RICARDO TEIXEIRA



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 139267/2023

CÓDIGO VERIFICADOR Nº 64KFFIZ1

PROJETO DE LEI Nº 376/2023

EMENTA: *“Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI VERÔNICA BOHAENKO DANELIU, conforme específica”.*

INICIATIVA: VEREADOR RICARDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

PARECER Nº 310/2023

I – DO RELATÓRIO

O Vereador Ricardo Teixeira De Oliveira submete à apreciação Planária o Projeto de Lei que declara Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI VERÔNICA BOHAENKO DANELIU, conforme especifica.

O Projeto de Lei em epígrafe vem acompanhado de justificativa, na qual relata que “O Centro Municipal de Educação Infantil CMEI VERÔNICA BOHAENKO DANELIU, participa ativamente das atividades junto a direção para ofertar um ensino





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

de qualidade às crianças atendidas, auxiliando na organização, divulgação e realização de eventos que tem como principal objetivo arrecadar fundos para melhorias na instituição.

Ainda, Como é sabido, a declaração de utilidade pública possibilita a entidade a obtenção de verbas, isenções e outros benefícios, em todas as esferas do Governo

Vale ressaltar que a associação tem por finalidade geral colaborar na assistência e formação do educando, por meio da aproximação entre pais, alunos e professores, promovendo a integração: poder público/comunidade/família.”

Após breve relatório, segue o parecer.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA QUANTO A PROPOSIÇÃO DO PROJETO DE LEI.

Conforme o art. 40, § 1º, “a”, da Lei Orgânica do Município de Araucária, compete ao Vereador a iniciativa de projetos de lei:

“Art. 40. O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

a) do Vereador;”

Nos termos do artigo 5º, XVII, da Constituição Federal, é plena a liberdade de associação para fins lícitos.

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;”

A Lei Municipal nº 598/81 dispõe sobre normas para declaração de utilidade pública de Sociedades Civis, Associações, Fundações e Entidades institucionais no Município de Araucária, exigindo, para tanto, a comprovação dos seguintes requisitos, conforme especificado no art. 1º da lei supracitada:

Art. 1º As Sociedades Civis, as Associações, Fundações e entidades constituídas no Município de Araucária, ou que aqui exerçam suas atividades através de representações, e que visem exclusivamente servir desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos:

- a) que sejam sediadas no território do Município de Araucária;*
- b) que possuam personalidade jurídica há mais de 1(um) ano;*
- c) que estão em efetivo exercício e servem desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários;*
- d) que não remunera a qualquer título os cargos da sua Diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto;*
- e) que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório.”*

Para que se possa declarar de utilidade pública, qualquer entidade, devem ser necessariamente preenchidas as condições descritas, sem as quais não poderá ser aprovado o projeto de lei.

Sobre os requisitos legais temos:

- a) a referida associação tem sede no Município de Araucária, conforme dispõe o art. 1º do estatuto social, seq. 5, fls. 01;





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

b) a associação possui personalidade jurídica há mais de um ano, observamos que na Ata de Fundação consta data de registro 05/07/2022, seq. 3, fls. 3;

c) está em efetivo exercício e serve desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários, entretanto, o relatório não menciona sobre as atividades realizadas no ano de 2022/2023 da Associação, sendo assim, sugerimos que seja solicitado novo relatório contendo as atividades realizadas naquele período, para fins de comprovação de seu efetivo exercício e que serve desinteressadamente à coletividade.

d) Consta na seq. 5, fls. 24, art. 48 do Estatuto Social, que a Associação não distribui lucros, bonificações e vantagens a dirigentes, conselheiros mantenedores ou associados, sob nenhum pretexto. Constam, também, nas fls. 01, art. 2º do Estatuto, que os seus dirigentes e conselheiros não são remunerados;

e) o relatório que comprova a promoção da educação, assistência social, atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório, expresso na alínea “e” do art. 1º da Lei Municipal nº 598/81, consta na seq. 2, fls. 1 do processo, somos pelo mesmo entendimento da alínea “c”.

Outrossim, a finalidade precípua da declaração de utilidade pública é a satisfação do interesse da coletividade, com a promoção do bem-estar social, oferecendo ao empreendimento o destino e o uso que convêm ao interesse coletivo.

III – DA CONCLUSÃO





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

O Projeto de Lei vem acompanhado dos seguintes documentos: Relatório das Atividades Desenvolvidas pela APPF; Ata de Fundação, Eleição e Posse; Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; Estatuto.

Cumpramos ressaltar que a presente proposição deve seguir as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, portanto, recomendamos a supressão do termo “Súmula”, bem como a supressão do sinal gráfico ponto final após o numeral ordinal dos artigos.

Sugerimos, também, a alteração do prazo constante na alínea “a” do art. 3º do Projeto de Lei nº 376/2023, de 12 (doze) meses para 2 (dois) anos consecutivos, sem motivo justificado, de acordo com o estipulado no inciso I do art. 4º da Lei Municipal nº 598/1981.

Face ao exposto, salvo melhor entendimento sobre o mérito da proposição e atendidas as recomendações acima, em especial a juntada do novo relatório contendo as atividades realizadas pela associação no ano de 2022/2023, somos pelo trâmite regimental.

Diante do previsto no art. 52, incisos I e IV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária a matéria está no âmbito de competência da **Comissão de Justiça e Redação e da Comissão De Educação e Bem-Estar Social** as quais caberão lavrar os respectivos pareceres ou solicitar informações que entenderem necessárias.

É o parecer.

Diretoria Jurídica, 10 de Novembro de 2023.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO



Assinado digitalmente por:
LEILA MAYUMI KICHISE

872.854.109-00
10/11/2023 10:32:11
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

LEILA MAYUMI KICHISE

OAB/PR Nº 18.442

MARIA EDUARDA ALEXANDRE

ESTAGIÁRIA DE DIREITO

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 10/11/2023 10:32:03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.atende.net/pp654e30e50ffc>.
POR LEILA MAYUMI KICHISE - (872.854.109-00) EM 10/11/2023 10:32





Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 139267/2023

GUIA DE TRAMITAÇÃO

À CMA - PRESIDENTE

Na Diretoria Jurídica

Certifico que fiz juntada ao Parecer Jurídico nº 310/2023, contendo 06 (seis) laudas.

Posto isto, segue à Presidência para providências.

Araucária, 10/11/2023 10:38

MARIA EDUARDA ALEXANDRE
CMA - DIRETORIA JURÍDICA

FOLHA DE INFORMAÇÃO

De: Presidência
Para: Comissões Técnicas

Encaminhamos o Processo Legislativo nº 139267/2023 (Projeto de Lei nº 376/2023) à Sala das Comissões Técnicas, para prosseguimento regimental.

Araucária, 10 de Novembro de 2023.

Atenciosamente,



PREFEITURA DE ARAUCÁRIA

Assinado digitalmente por:
BEN HUR CUSTODIO DE OLIVEIRA

790.676.469-20
10/11/2023 11:14:04

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Ben Hur Custódio De Oliveira
PRESIDENTE



Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 139267/2023

DESPACHO

À CMA - SALA DAS COMISSÕES

Segue a Sala das Comissões, para prosseguimento regimental.

Araucária, 10/11/2023 11:18

SILVIA DIAS CORREIA
CMA - PRESIDENTE



Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 139267/2023

DESPACHO

À CMA - GABINETE PEDRO DE LIMA

ENCAMINHADO AO GABINETE DO VEREADOR PEDRO DE LIMA PARA EMISSÃO DE PARECER CONJUNTO N° 342/2023-CJR E N° 62/2023-CEBES (RELATOR: VALTER) EM SETE DIAS ÚTEIS.

Araucária, 14/11/2023 14:44

MARIANA TELES GRESSINGER
CMA - SALA DAS COMISSÕES



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

O FUTURO DA CIDADE PASSA AQUI
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATTO

DESPACHO

Senhor Vereador Ricardo,

Por este, venho informar a Vossa Senhoria que o projeto de lei 376/2023, de vossa autoria, encontra-se com carência de documento para o cumprimento dos requisitos impostos pela Lei Municipal nº 598/1981 que dispõe sobre normas para declaração de utilidade pública de Sociedades Civis, Associações, Fundações e Entidades institucionais no Município de Araucária.

Desta maneira, solicito que seja atendido o item “c” do parecer jurídico dessa casa legislativa, com urgência.

Essas informações se fazem necessárias para possibilitar a regular tramitação da propositura.

Sem mais para o momento, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Câmara Municipal de Araucária, 14 de novembro de 2023.



Assinado digitalmente por:
PEDRO FERREIRA DE LIMA

633.689.869-53
14/11/2023 15:47:50

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Vereador Relator – Presidente da CJR

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 14/11/2023 15:48:03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/tp6553c0f643a0e>.
POR PEDRO FERREIRA DE LIMA - (633.689.869-53) EM 14/11/2023 15:48





Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 139267/2023

DESPACHO

À CMA - GABINETE RICARDO TEIXEIRA

Despacho ao gabinete Ricardo Teixeira solicitando que seja atendido o item " c " do parecer jurídico dessa casa legislativa. COM URGÊNCIA!

Araucária, 14/11/2023 16:16

KAUANA GOUVEIA ZITHOVSKI
CMA - GABINETE PEDRO DE LIMA

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 376/2023

O Vereador Ricardo Teixeira de Oliveira infra-assinado infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Araucária a seguinte proposição:

Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 376/2023 que
“Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI PROFESSORA VERÔNICA BOHAENKO DANELIU conforme especifica:

Art. 1º Modifica-se o art. 3º, alínea a, do referido projeto de lei, para que passe a vigorar com a seguinte redação: “

Art. 3º Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública se a entidade:

a) deixar de apresentar o relatório dos serviços prestados à coletividade por mais de 2 (dois) anos consecutivos, sem motivo justificado.

Justificativa

A diretoria jurídica desta casa sugere a alteração do prazo para que a propositura cumpra com o estipulado no inciso I do art. 4º da Lei Municipal nº 598/1981, que dispõe sobre normas para declaração de utilidade pública de sociedades civis, associações, fundações e entidades constitucionais no município de araucária, e dá outras providências.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de novembro de 2023.



Assinado digitalmente por:
**RICARDO TEIXEIRA DE
OLIVEIRA**

030.676.329-07
16/11/2023 15:07:11
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

(assinado digitalmente)

Ricardo Teixeira de Oliveira

Vereador

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 376/2023

O vereador **Ricardo Teixeira de Oliveira** infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, nos Termos do artigo 114 do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda ao Projeto de Lei nº 376/2023.

EMENDA SUPRESSIVA

Emenda Supressiva ao Projeto de Lei nº 376/2023, que “Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI PROFESSORA VERÔNICA BOHAENKO DANELIU, conforme especifica”

Art. 1º Suprime-se o termo “súmula” na ementa do referido projeto de lei, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI PROFESSORA VERÔNICA BOHAENKO DANELIU

Justificativa

A presente proposição deve seguir as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de novembro de 2023.



Assinado digitalmente por:
**RICARDO TEIXEIRA DE
OLIVEIRA**

030.676.329-07
16/11/2023 15:06:40

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

(assinado digitalmente)

Ricardo Teixeira de Oliveira

Vereador

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA VERONICA BOHAENKO DANELIU
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA APPF

A APPF da Unidade Educacional Professora Veronica Bohaenko Daneliu, realiza diferentes atividades, conforme descritas no Estatuto. Entretanto, as principais são:

1. Participar das reuniões junto ao Conselho Escolar definindo ações e prioridades a serem

consideradas ao longo do ano letivo;

2. Gerir e administrar os recursos financeiros próprios repassados através de doações, contribuições e ações;

3. Deliberar sobre assuntos pedagógicos, administrativos e financeiros;

4. Fiscalizar a aplicação dos recursos;

5. Administrar os recursos financeiros provenientes de transferência realizada pelos órgãos

Federais;

6. Realizar a prestação de contas dos recursos financeiros;

7. Providenciar e manter atualizadas informações requeridas como exigência para recebimento de

verbas de programas federais;

8. Atualizar, organizar em arquivo toda a documentação referente a APPF;

9. Zelar pela manutenção e conservação dos equipamentos, recursos e estrutura da instituição de ensino;

10. Discutir, acompanhar e fazer as devidas atualizações do desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, bem como, do Regimento Escolar;

11. Discutir com o Conselho Escolar da Unidade, a realização dos eventos pedagógicos, segundo orientações da Secretaria Municipal de Educação;

12. Atualizar o Cadastro Nacional da pessoa Jurídica (CNPJ), na Receita Federal, para fins necessários;

Esta APPF tem um ano de criação e, gradativamente, vai se apropriando de suas funções

e objetivos, ampliando assim sua participação no cotidiano da Unidade Educacional.

residente da APPF da Unidade Educacional Professora Veronica Bohaenko Daneliu

Antonia Aparecida Radziminski

CPF: 041.937.839-10

Telefone: (41) 3614-7440

Endereço: Rua Maria Rosa Cornelsen Hasselmann, 148- CEP: 83.705.562- Capela



ANTONIA APARECIDA RADZIMINSKI



Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 139267/2023

DESPACHO

À CMA - GABINETE PEDRO DE LIMA

DOCUMENTOS CONFORME SOLICITADO

Araucária, 16/11/2023 15:08

RICARDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA
CMA - GABINETE RICARDO TEIXEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

O FUTURO DA CIDADE PASSA AQUI
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATTO

DESPACHO

Senhor Vereador Ricardo,

Por este, venho informar a Vossa Senhoria que o documento apresentado à demanda não condiz com o solicitado, deste modo, encaminho os autos do projeto de lei para que seja anexado ao processo, o documento do item “c” do parecer jurídico dessa casa legislativa, **com urgência.**

Essas informações se fazem necessárias para possibilitar a regular tramitação da propositura.

Sem mais para o momento, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Câmara Municipal de Araucária, 16 de novembro de 2023.



Assinado digitalmente por:
PEDRO FERREIRA DE LIMA

633.689.869-53
16/11/2023 15:54:04

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Vereador – Presidente da CJR

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2023 15:54:03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/tp655665515fddc>.
POR PEDRO FERREIRA DE LIMA - (633.689.869-53) EM 16/11/2023 15:54





Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 139267/2023

DESPACHO

À CMA - GABINETE RICARDO TEIXEIRA

SEGUE COM DESPACHO PARA ANEXAR DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Araucária, 16/11/2023 15:55

PEDRO FERREIRA DE LIMA
CMA - GABINETE PEDRO DE LIMA

**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA VERONICA
BOHAENKO DANELIU**

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA APPF

A Associação de Pais, Professores e Funcionários (**APPF**) do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Veronica Bohaenko Daneliu, fundada no ano de 2022, desenvolve várias atividades de relevância pública e social, contribuindo para a melhoria da qualidade do atendimento educacional, além de promover várias atividades educativas, culturais e esportivas.

A APPF se reúne sempre que necessário para elaborar planejamentos de ações administrativas e/ou pedagógicas, concretizando assim o seu papel enquanto órgão colegiado.

Sendo os membros da APPF divididos entre Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho fiscal e Assessoria Técnica, estes são responsáveis por gerir e administrar os recursos financeiros próprios da associação, arrecadados em conjunto com a comunidade escolar por meio da realização de eventos, estes recursos são utilizados em melhorias na infraestrutura do Cmei, além dos recursos originários de programas do governo, como o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). A aplicação das verbas é decidida de forma conjunta e democrática, estabelecendo as prioridades apresentadas pelo Cmei e realizando a prestação de contas com toda a documentação necessária, devido a existência e criação deste órgão, no corrente ano a APPF recebeu o primeiro recurso advindo do FNDE, através do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), sendo esse recurso destinado a compra de materiais pedagógicos e equipamentos eletrônicos, de acordo com o que foi definido no Plano de Aplicação Financeira realizado após consulta à comunidade.

No ano de 2023 a APPF em conjunto com o Conselho Escolar, realizou eventos a fim de buscar recursos financeiros para poder adquirir materiais pedagógicos, brinquedos e, também, materiais didáticos para as turmas da

Unidade Educacional. Realizamos alguns eventos, como: festa julina aberta à comunidade com venda de alimentos e bebidas não alcólicas e brincadeiras como pescaria, boca do palhaço, etc., com o propósito e aval de toda comunidade escolar para o destino das arrecadações a fim de adquirir presentes para entrega no dia das crianças, além de proporcionar uma semana de diversão para todos, com a compra de matérias como pintura de rosto, spray de cabelo colorido, e alimentação diferenciada para o dia específico relacionado a comemoração do dia das crianças. No dia da realização da festa julina, a comunidade do entorno do CMEI participou das diversas atividades programadas, proporcionando assim, a integração CMEI - Família - comunidade.

Finalizando, sempre que possível, realizamos algumas ações entre amigos, a fim de levantar fundos para custear as ações a serem desenvolvidas para o encerramento das atividades do ano letivo, priorizando os interesses das nossas crianças.

Antonia Aparecida Radzimirski

ANTONIA APARECIDA RADZIMINSKI

Presidente da APPF



Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 139267/2023

DESPACHO

À CMA - GABINETE PEDRO DE LIMA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL PROFESSORA VERÔNICA
DANELIU

Araucária, 05/12/2023 08:25

RICARDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA
CMA - GABINETE RICARDO TEIXEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

PARECER CONJUNTO Nº 372/2023 – CJR e 62/2023 – CEBES

Da Comissão de Justiça e Redação em conjunto com a Comissão de Educação e Bem-Estar Social, sobre o **projeto de lei nº 376/2023**, de iniciativa do vereador Ricardo Teixeira que “Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI VERÔNICA BOHAENKO DANELIU, conforme especifica a”.

I – RELATÓRIO.

Trata-se do projeto de lei nº 376/2023, de iniciativa do vereador Ricardo Teixeira que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI VERÔNICA BOHAENKO DANELIU, conforme especifica

Justifica do Sr. Vereador que, “Saliente-se que o presente projeto se justifica em virtude de que as atividades desenvolvidas pelas associações de pais e professores abrangem a comunidade escolar em geral, e servem como um importante instrumento para o desenvolvimento da educação como um todo. O Centro Municipal de Educação Infantil CMEI VERÔNICA BOHAENKO DANELIU, participa ativamente das atividades junto a direção para ofertar um ensino de qualidade às crianças atendidas, auxiliando na organização, divulgação e realização de eventos que tem como principal objetivo arrecadar fundos para melhorias na instituição. Ainda, Como é sabido, a declaração de utilidade pública possibilita a entidade a obtenção de verbas, isenções e outros benefícios, em todas as esferas do Governo Vale ressaltar que a associação tem por finalidade geral colaborar na assistência e formação do educando, por meio da aproximação entre pais, alunos e professores, promovendo a integração: poder público/comunidade/família. Por ser um projeto de caráter social, silicito o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa para a APROVAÇÃO deste projeto de lei, com maior brevidade possível”.

É o breve relatório.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

II – ANÁLISE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

É importante ressaltar que compete a Comissão de Justiça e Redação a análise de Projetos de Lei com matérias referentes aos aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos e demais, conforme segue:

“Art. 52. Compete

I – à Comissão de Justiça e Redação, os aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos, de técnica legislativa de todas as proposições e elaboração de redação final, na conformidade do aprovado, salvo as exceções previstas neste Regimento (Art. 154, § 2º Art. 158; Art. 159, inciso III e Art. 163, 2º);

Dessa forma, cabe a esta comissão o processamento do presente projeto.

Em tempo, a Constituição Federal em seu artigo 30, I e a Lei Orgânica do Município de Araucária em seu Art. 5º, I, descreve que compete ao Município legislar sobre matérias de interesse local:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;”

Além disso, verifica-se que a legislação discorre sobre o poder e a competência de autoria do Vereador em Projetos de Lei, conforme o Art. 40, § 1º, a, da Lei Orgânica Municipal de Araucária:

Art. 40. O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

a) do Vereador;

No âmbito da matéria constitucional, é plena a liberdade de associação para fins lícitos, conforme o art. 5º, inciso XVII, da Constituição Federal.

Em análise a proposição, verifica-se que a Legislação que dispõe sobre declaração de utilidade pública de associações é a Lei Municipal nº 598/1981, a qual em seu art. 1º exige a comprovação de alguns requisitos, que em caso de não comprovação, o projeto de lei não deve ser aprovado. Veja:





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

“**Art. 1º** As Sociedades Civis, as Associações, Fundações e entidades constituídas no Município de Araucária, ou que aqui exerçam suas atividades através de representações, e que visem exclusivamente servir desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos:

- a) que sejam sediadas no território do Município de Araucária;
- b) que possuam personalidade jurídica há mais de 1(um) ano;
- c) que estão em efetivo exercício e servem desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários;
- d) que não remunera a qualquer título os cargos da sua Diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto;
- e) que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório.”

Perante os requisitos, acima demonstrados, a documentação está anexada ao projeto de lei, bem como presente no processo legislativo nº 139267/2023, e segue demonstração:

- a) a referida associação tem sede no Município de Araucária, conforme dispõe o art. 1º do estatuto social, seq. 5, fls. 01;
- b) a associação possui personalidade jurídica há mais de um ano, observamos que na Ata de Fundação consta data de registro 05/07/2022, seq. 3, fls. 3;
- c) está em efetivo exercício e serve desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários, **entretanto, o relatório não menciona sobre as atividades realizadas no ano de 2022/2023 da Associação, sendo assim, sugerimos que seja solicitado novo relatório contendo as atividades realizadas naquele período, para fins de comprovação de seu efetivo exercício e que serve desinteressadamente à coletividade.**





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

d) Consta na seq. 5, fls. 24, art. 48 do Estatuto Social, que a Associação não distribui lucros, bonificações e vantagens a dirigentes, conselheiros mantenedores ou associados, sob nenhum pretexto. Constam, também, nas fls. 01, art. 2º do Estatuto, que os seus dirigentes e conselheiros não são remunerados;

e) o relatório que comprova a promoção da educação, assistência social, atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório, expresso na alínea “e” do art. 1º da Lei Municipal nº 598/81, **consta na seq. 2, fls. 1 do processo, somos pelo mesmo entendimento da alínea “c”**.

Diante do exposto, considerando a análise jurídica da casa e da consulta eletrônica ao Processo nº 139267/2023 o presente projeto de lei estava com carência de documentos, deste modo foi realizado um despacho solicitando os documentos ausentes. Tal ausência foi sanada e a documentação anexada no processo legislativo.

Cumprе ressaltar que a presente proposição não atendeu as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Deste modo, o autor da propositura submeterá a Câmara Municipal de Araucária a proposição da emenda supressiva e modificativa, visto que o prazo constante na alínea “a” do art. 3º do Projeto de Lei nº 376/2023, de 12 (doze) meses sobre cessar os efeitos da declaração de utilidade pública, e no inciso I do art. 4º da Lei Municipal nº 598/1981 consta o prazo de 2 (dois) anos consecutivos, sem motivo justificado. A emendas serão anexadas ao processo legislativo.

Por fim, verifica-se que a proposição aqui tratada encontra-se em concordância com os demais aspectos legais exigidos e que competem a esta comissão, não havendo impedimento para a regular tramitação do projeto.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

III – ANÁLISE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E BEM-ESTAR SOCIAL

Compete a Comissão de Educação e Bem-estar Social, analisar a matéria que diga a respeito ao ensino, ao patrimônio histórico e cultural, à ciência, às artes e à assistência social.

Art. 52º *Compete*

(...)

III – *à Comissão de Educação e Bem-Estar Social, matéria que diga respeito ao ensino, ao patrimônio histórico e cultural, à ciência, às artes e à assistência social;*

Desta forma, cabe a esta comissão o processamento do presente projeto.

Em tempo, a Constituição Federal em seu artigo 30, I e a Lei Orgânica do Município de Araucária em seu Art. 5º, I, descreve que compete ao Município legislar sobre matérias de interesse local:

Art. 30. *Compete aos Municípios:*

I – *legislar sobre assuntos de interesse local;*

Verifica-se que a legislação municipal, discorre sobre o poder e a competência de autoria de Vereador em Projetos de Lei, conforme o Art. 40, § 1º, a da Lei Orgânica Municipal de Araucária:

“Art. 40. *O processo legislativo compreende a elaboração de:*

§ 1º *A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:*

a) *do Vereador;*





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

Portanto, no que cabe à análise da Comissão de Educação e Bem-Estar Social, verifica-se que o projeto tratado está em conformidade com os quesitos no que diz respeito a educação, visto que a propositura é de enorme importância para a educação do nosso município, não havendo impedimentos para a regular tramitação da propositura.

V – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que se verificou através do presente, no que compete à Comissão de Justiça e Redação, em conjunto com a Comissão de Educação e Bem-estar Social, não se vislumbra óbice ao prosseguimento do Projeto de Lei de nº 376/2023. Assim, **SOMOS PELO PROSSEGUIMENTO DO REFERIDO PROJETO DE LEI**, ao qual deve ser dado ciência aos vereadores, bem como, submetido à deliberação plenária para apreciação conforme o Regimento Interno desta Câmara Legislativa.

Dessa forma, submetemos o parecer para apreciação dos demais membros das comissões.

É o parecer.

Câmara Municipal de Araucária, 05 de dezembro de 2023.



Assinado digitalmente por:
PEDRO FERREIRA DE LIMA
633.689.869-53
06/12/2023 08:33:01
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Vereador Relator – CJR



Assinado digitalmente por:
SEBASTIAO VALTER FERNANDES
813.551.739-49
06/12/2023 08:52:51
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Vereador Relator – CEBES

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 06/12/2023 08:33:03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/tp657056tbf/af21.c>
POR PEDRO FERREIRA DE LIMA - (633.689.869-53) EM 06/12/2023 08:33





Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 139267/2023

DESPACHO

À CMA - SALA DAS COMISSÕES

SEGUE PL COM PARECER DAS COMISSÕES COMPETENTES

Araucária, 06/12/2023 09:14

KAUANA GOUVEIA ZITHOVSKI
CMA - GABINETE PEDRO DE LIMA

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIPROLE
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

VOTAÇÃO DE PARECER

Na reunião realizada no dia 07 de Dezembro de 2023 na Sala do Diprole da Câmara Municipal de Araucária, os Vereadores Vilson Cordeiro e Irineu Cantador, membros da Comissão de Justiça e Redação e Educação e Bem Estar Social, votaram favoráveis ao Parecer em conjunto nº372/2023 – CJR e nº62/2023 - CEBES referente Projeto de Lei nº 376/2023.

Araucária, 07 de Dezembro de 2023.



Assinado digitalmente por:
IRINEU CANTADOR

307.519.939-72
07/12/2023 11:17:00

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.



Assinado digitalmente por:
VILSON CORDEIRO

037.688.759-11
07/12/2023 12:58:32

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.





Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 139267/2023

DESPACHO

À CMA - DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO

Encaminhado à Diretoria do Processo Legislativo para prosseguimento regimental.

Araucária, 07/12/2023 13:16

JOCELI TEREZINHA VAZ TORRES
CMA - SALA DAS COMISSÕES

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

SESSÃO: 119ª Sessão Ordinária da 18ª Legislatura

DATA: 12/12/2023

MATÉRIA: Emenda Supressiva ao Projeto de Lei nº 376/2023

TURNO: Único

RESULTADO: Aprovada pela unanimidade dos presentes.

VOTOS

FAVORÁVEIS: 09

CONTRÁRIOS: 00

IMPEDIMENTOS/ABSTENÇÕES: 00

AUSÊNCIAS:

O Vereador Aparecido Ramos esteve ausente.



PREFEITURA DE ARAUCÁRIA

Assinado digitalmente por:

IRINEU CANTADOR

307.519.939-72

12/12/2023 14:45:11

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.



DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

SESSÃO: 119ª Sessão Ordinária da 18ª Legislatura

DATA: 12/12/2023

MATÉRIA: Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 376/2023

TURNO: Único

RESULTADO: Aprovada pela unanimidade dos presentes.

VOTOS

FAVORÁVEIS: 09

CONTRÁRIOS: 00

IMPEDIMENTOS/ABSTENÇÕES: 00

AUSÊNCIAS:

O Vereador Aparecido Ramos esteve ausente.



PREFEITURA DE
ARAUCÁRIA

Assinado digitalmente por:
IRINEU CANTADOR

307.519.939-72
12/12/2023 14:47:19

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.



DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

SESSÃO: 119ª Sessão Ordinária da 18ª Legislatura

DATA: 12/12/2023

MATÉRIA: Projeto de Lei nº 376/2023

TURNO: Primeiro

RESULTADO: Aprovado pela unanimidade dos presentes.

VOTOS

FAVORÁVEIS: 09

CONTRÁRIOS: 00

IMPEDIMENTOS/ABSTENÇÕES: 00

AUSÊNCIAS: O Vereador Aparecido Ramos esteve ausente.



Assinado digitalmente por:
IRINEU CANTADOR

307.519.939-72
12/12/2023 14:47:05

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

REDAÇÃO COM EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 376/2023

Iniciativa: Ricardo Teixeira de Oliveira

Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI Verônica Bohaenko Daneliu, conforme especifica.

Art. 1º É declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Verônica Bohaenko Daneliu com sede na Rua: Maria Rosa Cornelsen Hasselmann, nº 148 – Capela Velha, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº. 47.633.816/0001-16, no Município de Araucária, Estado do Paraná.

Parágrafo único. À entidade beneficiada ficam asseguradas as prerrogativas e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º A entidade distinguida, salvo motivo justo, a critério do Chefe do Poder Executivo, deverá apresentar em cada exercício, ao Executivo Municipal, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade araucariense, no ano precedente, no setor definido pelo seu Estatuto Social.

Art. 3º Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública se a entidade:

- a) apresentar o relatório dos serviços prestados à coletividade por mais de 2 (dois) anos consecutivos, sem motivo justificado;
- b) substituir os fins previstos nos seus estatutos sem prévio conhecimento do Executivo Municipal, cuja alteração, todavia, não poderá modificar os objetivos do estatuto originário;
- c) alterar sua denominação dentro de 1 (um) ano e, após ocorrido o prazo, se pretender fazê-lo, deverá providenciar a averbação junto ao Cartório competente, bem como comunicar à Secretaria Municipal à qual deve prestação de contas;
- d) passar a remunerar os membros de sua Diretoria pelo exercício específico de suas funções;

- e) distribuir lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob qualquer forma;
- f) deixar de destinar a totalidade das rendas apuradas ao atendimento de finalidades previstas nos seus estatutos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2023.



PREFEITURA DE
ARAUCÁRIA

Assinado digitalmente por:
PEDRO FERREIRA DE LIMA

633.689.869-53

13/12/2023 16:36:28

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

PEDRO FERREIRA DE LIMA
Relator CJR

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/12/2023 16:36-03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.atende.net/p657a07c63e4ec>.
POR PEDRO FERREIRA DE LIMA - (633.689.869-53) EM 13/12/2023 16:36



DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

SESSÃO: 119ª Sessão Ordinária da 18ª Legislatura

DATA: 12/12/2023

MATÉRIA: Projeto de Lei nº 376/2023

TURNO: Primeiro

RESULTADO: Aprovado pela unanimidade dos presentes.

VOTOS

FAVORÁVEIS: 09

CONTRÁRIOS: 00

IMPEDIMENTOS/ABSTENÇÕES: 00

AUSÊNCIAS: O Vereador Aparecido Ramos esteve ausente.

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

SESSÃO: 120ª Sessão Ordinária da 18ª Legislatura

DATA: 19/12/2023

MATÉRIA: Projeto de Lei nº 376/2023

TURNO: Segundo

RESULTADO: Aprovado pela unanimidade dos presentes.

VOTOS

FAVORÁVEIS: 08

CONTRÁRIOS: 00

IMPEDIMENTOS/ABSTENÇÕES: 00

AUSÊNCIAS: O Vereador Aparecido Ramos esteve ausente e o Vereador Pastor Castilhos ausentou-se do Plenário.



Assinado digitalmente por:
IRINEU CANTADOR

307.519.939-72
19/12/2023 11:43:57

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil

Rua Irmã Elizabeth Werka, 55 – Jardim Petrópolis – CEP 83.704-580 – Araucária – Paraná – Fone: (41) 3641-5200





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

OFÍCIO Nº 391/2023 – PRES/DPL (Processo nº 139267/2023)

Em 19 de dezembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Através do presente, encaminhamos a Vossa Excelência o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 376/2023 de iniciativa do Vereador Ricardo Teixeira de Oliveira, aprovado por este Legislativo nas Sessões realizadas nos dias 15 e 19 de dezembro de 2023.

Atenciosamente.



Assinado digitalmente por:
BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA

790.676.469-20
19/12/2023 11:22:34

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA
Presidente

Excelentíssimo Senhor
HISSAM HUSSEIN DEHAINI
Prefeito Municipal
ARAUCÁRIA – PR





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

PROJETO DE LEI Nº 376/2023

Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI Verônica Bohaenko Daneliu, conforme especifica.

Art. 1º É declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Verônica Bohaenko Daneliu com sede na Rua: Maria Rosa Cornelsen Hasselmann, nº 148 – Capela Velha, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº. 47.633.816/0001-16, no Município de Araucária, Estado do Paraná.

Parágrafo único. À entidade beneficiada ficam asseguradas as prerrogativas e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º A entidade distinguida, salvo motivo justo, a critério do Chefe do Poder Executivo, deverá apresentar em cada exercício, ao Executivo Municipal, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade araucariense, no ano precedente, no setor definido pelo seu Estatuto Social.

Art. 3º Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública se a entidade:

- a) deixar de apresentar o relatório dos serviços prestados à coletividade por mais de 2 (dois) anos consecutivos, sem motivo justificado;
- b) substituir os fins previstos nos seus estatutos sem prévio conhecimento do Executivo Municipal, cuja alteração, todavia, não poderá modificar os objetivos do estatuto originário;
- c) alterar sua denominação dentro de 1 (um) ano e, após ocorrido o prazo, se pretender fazê-lo, deverá providenciar a averbação junto ao Cartório competente, bem como comunicar à Secretaria Municipal à qual deve prestação de contas;
- d) passar a remunerar os membros de sua Diretoria pelo exercício específico de suas funções;
- e) distribuir lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob qualquer forma;
- f) deixar de destinar a totalidade das rendas apuradas ao atendimento de finalidades previstas nos seus estatutos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.



Câmara Municipal de Araucária, 19 de dezembro de 2023.



Assinado digitalmente por:
BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA

790.676.469-20
19/12/2023 11:21:45

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA
Presidente

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/12/2023 11:21 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/tp6581a700a5202>.
POR BEN HUR CUSTODIO DE OLIVEIRA - (790.676.469-20) EM 19/12/2023 11:21



Processo Nº 160645 / 2023 - [Tramitando]

Código Verificador: 0L09MN0F

Requerente: CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

Detalhes: ENCAMINHA O PROJETO DE LEI 396/2023 APROVADO NA SESSÃO DO DIA 19/12/2023

Assunto: DOCUMENTOS LEGISLATIVOS

Subassunto: PROJETO DE LEI

Procurador: EMANOELE DE DEUS SAVAGIN

Previsão: 16/02/2024

Anexos

Descrição	Usuário	Data
Ofício 391-2023 - PL 376-2023.pdf	BEN HUR CUSTODIO DE OLIVEIRA	19/12/2023
PL 376-2023 anexo Ofício 391-2023.pdf	BEN HUR CUSTODIO DE OLIVEIRA	19/12/2023

Histórico

Setor: CMA - DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO

Abertura: 18/12/2023 16:12

Entrada: 19/12/2023 13:20:06

Usuário: EMANOELE DE DEUS SAVAGIN

Recebido por: EMANOELE DE DEUS SAVAGIN

Observação: ENCAMINHA O PROJETO DE LEI 396/2023 APROVADO NA SESSÃO DO DIA 19/12/2023

Setor: SMGO - NAF

Setor Origem: CMA - DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO

Setor Destino: SMGO - NAF

Saída: 19/12/2023 13:20

Entrada:

Movimentado por: EMANOELE DE DEUS SAVAGIN

Recebido por:

Observação: SEGUE PROJETO DE LEI APROVADO NA SESSÃO DO DIA 19/12

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Os Projetos de Lei nºs 2647/2023, 2649/2023, 2650/2023, 2651/2023, 2652/2023, 2653/2023, 373/2023, 376/2023, 438/2023 e Projeto de Lei Complementar nº 37/2023, tiveram segunda discussão e votação em plenário, e o Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 141/2023 e Veto ao Projeto de Lei nº 195/2023, tiveram leitura, discussão e votação, e todos poderão ser arquivados.

Araucária, 19 de dezembro de 2023.

Atenciosamente,

Enerzon Darcy Harger Vieira

Diretor do Processo Legislativo



Assinado digitalmente por:
ENERZON DARCY HARGER VIEIRA
624.809.289-34
19/12/2023 11:18:49
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

